



# Relato Integrado **2020**

---



**Pré-sal**  
Petróleo

# SUMÁRIO

»»	<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>3</b>
»»	<b>SOBRE O RELATO INTEGRADO</b>	<b>4</b>
»»	<b>MATERIALIDADE</b>	<b>5</b>
»»	<b>VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>6</b>
	Quem somos	7
	Nossas atividades	9
	Capital financeiro	15
	Ambiente externo	16
	Geração de valor	22
	Modelo de negócios	24
	Cadeia de valor	25
	Nossa gente	29
	Lei Geral de Proteção de Dados	33
	Relacionamento com públicos de interesse	34

»»	<b>GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>38</b>
	Plano Estratégico 2020-2024 – Alocação de Recursos	39
	Modelo de governança	41
	Controles internos e gestão de riscos	45
	Programa de Integridade	49
»»	<b>RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS</b>	<b>52</b>
	Riscos e Oportunidades	53
	Perspectivas do Plano Estratégico 2021-2025	56
	Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção	58
»»	<b>RESULTADOS DA GESTÃO</b>	<b>62</b>
	Resultados do Plano Estratégico 2020-2024	63
	Contratos de partilha de produção	66
	Acordos de individualização de produção	81
	Comercialização de petróleo e gás natural da União	84
	Transformação digital	87
	Gestão de licitações e contratos	88
»»	<b>INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS</b>	<b>90</b>
»»	<b>PPSA EM NÚMEROS</b>	<b>97</b>

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 terminou, deixando lições de adaptabilidade e resiliência que ainda estão sendo assimiladas pela Pré-Sal Petróleo e por toda a indústria. A pandemia, que continua a nos cobrar esforços de distanciamento social para a proteção da saúde pessoal e coletiva, exigiu que, de forma rápida e assertiva, transferíssemos toda a equipe para o trabalho remoto. Foi preciso gerar soluções tecnológicas suficientes e precisas para o cumprimento de nossas metas estratégicas. Apesar deste cenário, ao concluir mais um ciclo, tenho a satisfação de apresentar à sociedade os significativos resultados alcançados. São números e dados que demonstram a capacidade da PPSA de vencer o inesperado, por sua reconhecida competência técnica e amplo comprometimento, que levaram a companhia a seguir em frente, sem prejuízos na sua condução ou no cumprimento das metas planejadas.

Foi um ano de investimentos na gestão da integridade, na melhoria da governança, na transformação digital, no relacionamento com *stakeholders* e no aprimoramento de processos. Cumprimos 93% das ações do nosso Planejamento Estratégico 2020-2024 e refizemos nossas metas para o próximo quinquênio. Estivemos lado a lado com os operadores, atentos ao nosso propósito de aprimorar a gestão dos contratos de partilha de produção vigentes. Também avançamos na negociação dos Acordos de Coparticipação, Gestão e Individualização da Produção das áreas de Búzios e Itapu, fundamentais para que o volume excedente da cessão onerosa nessas áreas possa ser explorado em partilha de produção.

Como representantes da União, também nos dedicamos a ajudar na construção das bases de um novo leilão para o volume excedente da cessão onerosa de Atapu e Sépia. Trabalhamos para a definição das participações recíprocas do contrato de cessão onerosa e do futuro contrato de partilha de produção desses campos, bem como na avaliação e negociação com a Petrobras para o cálculo do valor da compensação a ser paga à mesma pelos investimentos já realizados nestas áreas.

Em paralelo, seguimos desempenhando nossas atividades na representação da União nos acordos de individualização da produção e na comercialização da produção de petróleo e gás. Chegamos ao final do ano com uma arrecadação de R\$ 704,2 milhões para os cofres públicos.

Contudo, podemos esperar muito mais nos próximos anos, e estamos nos preparando solidamente para isso. O estudo “Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, elaborado pela área de Planejamento Estratégico da companhia, e apresentado em novembro no 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, prevê um cenário de expansão significativa da produção de hidrocarbonetos nos contratos geridos pela PPSA e, conseqüentemente, de crescimento da atividade econômica, com efeitos positivos na geração de emprego e renda. Análises detalhadas indicam que, até 2030, a produção média diária nos campos do Polígono do Pré-Sal em regime de partilha de produção saltará dos 47 mil barris registrados em dezembro de 2020

para 3,6 milhões de barris. Isso significa um montante acumulado de cerca de 1 bilhão de barris para a União, ao longo de dez anos: e uma receita para os cofres públicos da ordem de US\$ 75,3 bilhões com a comercialização.

Neste Relato, produzido de acordo com a nova estrutura para a elaboração de Relatórios de Gestão adotada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), procuramos demonstrar, de forma clara, objetiva e transparente, os resultados mais relevantes das nossas ações, desempenhadas sempre com o intuito de cumprir nossa missão de maximizar os resultados econômicos dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União. Esperamos que este trabalho contribua para esclarecer à sociedade o papel e relevância da empresa, a nossa prestação de contas e nosso compromisso com a integridade e a geração de valor público.

Nossa administração adota tolerância zero com relação a atos de corrupção e, independentemente do cenário ou das mudanças que ainda possamos enfrentar em 2021, vamos continuar atuando diariamente focados em alcançar, no menor tempo possível, o que estabelecemos para a visão da empresa: “Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social”.

Eduardo Gerk  
Diretor-Presidente



Crédito: Marcos de Paula

# SOBRE O RELATO INTEGRADO

Nosso Relato Integrado segue a metodologia do International Integrated Reporting Council (IIRC) e apresenta a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da nossa companhia. O documento demonstra como nossa atuação gera valor para a União e atende à Instrução Normativa TCU N° 84, de 22 de abril de 2020, que dispõe acerca da prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992.

O objetivo deste relatório é oferecer informações transparentes sobre nosso modelo de negócio, constituindo-se em uma ferramenta de diálogo com nossos públicos de interesse e de prestação de contas à sociedade. Em consonância com os aspectos de sustentabilidade ambiental, o documento não será impresso. Para facilitar a leitura, ao longo da publicação, apresentamos links que levam às informações complementares pertinentes e disponíveis em nosso site. Também utilizamos gráficos e infográficos para facilitar a compreensão do conteúdo.

# MATERIALIDADE

Consideramos temas materiais todos aqueles que apresentem potencial para afetar nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazos, podendo, portanto, impactar o negócio. A análise e o tratamento desses temas facilitam a definição da estratégia e da tomada de decisão. Iniciamos a análise avaliando os temas mapeados no início de 2020 e que se mantiveram com alta relevância. A partir de conversas internas com os gestores, gerentes e superintendentes da companhia, do ciclo de revisão do planejamento estratégico, da análise de resultados de pesquisa realizada com públicos de interesse e da avaliação das solicitações recebidas em nossos canais de atendimento, incluímos mais quatro temas na lista. Dessa forma, priorizamos um total de 13 temas a serem tratados como materiais, considerando o impacto no negócio e a importância para nossos públicos de interesse.

Análise dos **9** temas mapeados no ano anterior

Conversas internas com a liderança da companhia, análise de resultados de pesquisa realizada com públicos de interesse e de solicitações recebidas em nossos canais de atendimento, a fim de validar novos temas de interesse.

Inclusão de mais **4** temas, priorizando um total de **13** temas a serem tratados como materiais, considerando o impacto no negócio e a relevância para nossos públicos.

## Temas Materiais



Arrecadação para a União



Aproveitamento do gás natural do pré-sal



Volumes Excedentes da Cessão Onerosa



Estímulo à inovação e desenvolvimento tecnológico



Relacionamento com públicos de interesse



Governança corporativa



Transformação digital



Reestruturação da empresa



Modelos de negócios para a comercialização



Transparência



Integridade



Trabalho a distância



Gestão de pessoas



VISÃO GERAL  
ORGANIZACIONAL  
E AMBIENTE  
EXTERNO

Quem somos  
Nossas atividades  
Capital financeiro  
Ambiente externo  
Geração de valor  
Modelo de negócios  
Cadeia de valor  
Nossa gente  
Lei Geral de Proteção de Dados  
Relacionamento com públicos de interesse

## QUEM SOMOS

Somos uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), criada em 01/08/2013. Atuamos resguardando os interesses da União em três grandes frentes: na gestão dos contratos de partilha de produção, na gestão da comercialização de petróleo e gás natural, e na representação da União nos acordos de individualização da produção.

Para alcançar nossos objetivos, priorizamos a eficiência na gestão, investindo continuamente em melhoria de processos. Encerramos 2020 ocupando 57 das 58 vagas do quadro de pessoal da PPSA aprovadas pela portaria SEST nº 2.772, de 30/01/2020. Nossos profissionais são altamente qualificados, com grande experiência na indústria de óleo e gás. Grande parte desses colaboradores são responsáveis por análises técnicas, que norteiam as tomadas de decisões e maximizam os resultados econômicos das nossas atividades para a União.



Gestão dos contratos de partilha de produção



Representação da União nos acordos de individualização da produção (unitização)



Gestão da comercialização de petróleo e gás natural



## MISSÃO

Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.



## VISÃO

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.



## VALORES

Defesa do interesse nacional;  
Retidão e idoneidade;  
Clareza e transparência;  
Competência e capacitação técnica.

Em 2020, atuamos ativamente na gestão de 17 contratos de partilha de produção, dos quais seis já tiveram comercialidade declarada e 11 estão em fase de exploração. Também concluímos mais um acordo de individualização da produção em nome da União e comercializamos mais de 2,8 milhões de barris de petróleo e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás natural em nome do Estado brasileiro.

Encerramos 2020 com uma arrecadação total de R\$ 704,2 milhões. Desde março de 2018, quando foi comercializada a primeira carga de excedente em óleo da União, a arrecadação acumulada da companhia para os cofres públicos foi de R\$ 2,7 bilhões.

Face à pandemia, trabalhamos, desde março de 2020, em uma sistemática bem eficiente de teletrabalho; e nosso escritório central (que fica na Avenida Rio Branco, 1 – Rio de Janeiro) foi utilizado apenas de forma pontual.

# NOSSAS ATIVIDADES

## O impacto da pandemia

A atuação remota, iniciada em março, exigiu esforços redobrados da nossa equipe de Tecnologia da Informação para a disponibilização de ferramentas *online* e ampliação de sistemas de segurança de informação, além de flexibilidade dos nossos colaboradores em todas as áreas de atuação, a fim de garantir a continuidade do trabalho sem perda de produtividade.

Ao longo do ano, todas as reuniões de equipe e de colegiados passaram a ser realizadas por via digital, sem descontinuidade na interação, nos processos administrativos e nas deliberações necessárias à produtividade e eficiência da empresa. Em média, foram realizadas cerca de 600 reuniões remotas mensais por meio da plataforma Microsoft Teams.

A Diretoria Executiva criou um comitê para discutir e implementar ações preventivas e corretivas durante a crise, atendendo às exigências legais e necessárias para a continuidade das atividades. Informes semanais foram encaminhados ao MME sobre a saúde dos profissionais. No segundo semestre, foi implantado um comitê para estudar e elaborar o Plano de Retorno Presencial ao Escritório Central da PPSA, estabelecendo regras com base nas legislações vigentes. O plano foi constituído, e diversas ações foram tomadas para permitir o retorno. Porém, a continuidade das exigências de distanciamento social não permitiu a volta ao trabalho presencial, em 2020.





*Crédito: Agência Petrobrás*

Naturalmente, a pandemia também teve reflexos nos contratos de partilha de produção geridos pela empresa, trazendo desmobilização de escritórios regionais de operadoras e consorciadas, atraso nas licitações e na elaboração de planos de desenvolvimento; e, em alguns casos, impacto na produção, por afastamento de profissionais. A relação com fornecedores, governo e contratados também precisou se adaptar à realidade do afastamento. Pela primeira vez, o Fórum Técnico promovido anualmente pela companhia (e que já se tornou um tradicional ponto de encontro de líderes do setor) também foi realizado virtualmente.

O ano foi marcado pelo espírito de resiliência, colaboração, criatividade e esforço. Como resultado, a empresa conseguiu se adaptar com sucesso ao teletrabalho, garantindo a continuidade de suas atividades com qualidade e atingindo as metas e os resultados esperados para o ano de 2020.

## Gestão de Continuidade de Negócios

Logo no início da pandemia, construímos soluções para o trabalho remoto bastante eficientes, porém a necessidade de tomar atitudes rápidas diante de um cenário imponderável reforçou a importância de consolidarmos um processo de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), com ações abrangentes relacionadas à segurança da informação, pessoas, infraestrutura, processos e atividades operacionais. Seguindo a recomendação do Comitê de Auditoria e da Controladoria-Geral da União, iniciamos a elaboração de um processo de gestão, com o objetivo de minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas que possam ocorrer sobre as atividades da empresa, bem como recuperar ativos de informação a um nível aceitável por meio de ações de prevenção, resposta e recuperação.

O processo será composto de um Plano de Gerenciamento de Incidentes (em elaboração), um Plano de Continuidade de Negócios e um Plano de Recuperação de Negócios. Entre as ações, estão contemplados o aumento da segurança da informação, a contratação de mais espaço para armazenamento de dados em nuvem e o eventual emprego de servidores de backup em área externa ao escritório da empresa, no Centro do Rio. Os novos normativos serão ferramentas imprescindíveis para a boa administração.



Crédito: Shutterstock

## Gestão dos contratos de partilha de produção

Respondemos pela gestão de 17 contratos de partilha de produção em vigor na área do Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas, atuando com foco nos melhores resultados para a União e para todas as empresas envolvidas na operação. Como gestores, zelamos pela eficácia dos contratos e cumprimos com nossas obrigações legais, dentre elas: o monitoramento e a auditoria de projetos de exploração e produção; o monitoramento e auditoria de custos e investimentos; a participação técnica na elaboração dos planos de exploração; e o exercício da presidência dos comitês operacionais.

A 1ª Rodada de Partilha de Produção foi promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2013 e resultou no Contrato de Partilha de Produção de Libra. A PPSA foi criada no mesmo ano, passando a executar sua função de gestora. Até 2018, outros 13 novos contratos foram assinados, oriundos das 2ª e 3ª Rodadas, realizadas em outubro de 2017; e das 4ª e 5ª Rodadas, promovidas em junho e setembro de 2018. Em 2020, passamos a atuar na gestão de mais três contratos, após a promoção, pela ANP, da 6ª Rodada e da Rodada de Volumes de Excedentes da Cessão Onerosa, realizadas em 2019.



## Acordos de individualização de produção

Um acordo de individualização da produção (AIP), também conhecido como unitização, é iniciado quando se verifica a possibilidade de o limite de uma jazida petrolífera ultrapassar a área outorgada. Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no Polígono do Pré-Sal ou uma área estratégica está envolvida, é nossa função representar a União nesses acordos. A unitização permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

 Para saber mais, faça download do e-book *Entendendo os Acordos de Individualização da Produção*

Parcela da jazida fora da área sob contrato (área não contratada)



*Desenho esquemático de uma jazida de petróleo e/ou gás natural que extrapola a área de contrato. Nesse caso, procede-se com um acordo de individualização da produção.*

## Comercialização de petróleo e gás da União

Comercializar toda a parcela de óleo e gás de propriedade da União é nossa responsabilidade. Em 2020, foram comercializadas as parcelas da União dos seguintes contratos:

-  **Óleo** - contratos de partilha de produção de Entorno de Sapinhoá e Área de Desenvolvimento de Mero; e
-  **Gás natural** - contratos de partilha de produção de Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde e da participação da União na Jazida compartilhada de Tupi.

Toda a receita gerada na comercialização é destinada aos cofres públicos.

Crédito: Shutterstock

## CAPITAL FINANCEIRO

Capital financeiro de R\$ 181,3 milhões em 2020, oriundo das seguintes fontes: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação nos bônus das rodadas de licitação, integralização do capital e ganhos financeiros. Não recebemos repasse de verbas de convênios públicos e não utilizamos financiamentos para a execução das nossas atividades. Encerramos 2020 com lucro líquido de mais de R\$ 55,8 milhões.



# AMBIENTE EXTERNO

## Regimes fiscais

O Brasil conta com três regimes jurídico-fiscais para a exploração e produção de petróleo e gás natural: o de concessão, o de partilha de produção e o de cessão onerosa. A partilha de produção passou a vigorar no país em 2013 e só é adotada nas operações realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas. No regime de cessão onerosa, foram outorgados os blocos de Búzios, Itapu, Atapu, Sépia, Sul de Tupi, Sul e Norte de Berbigão, Sul e Norte de Sururu à Petrobras, mediante contrapartida pecuniária. No regime de cessão onerosa, a Petrobras adquiriu o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente nessas áreas.

Os regimes de concessão e partilha diferem no modelo e na participação do Estado. Na concessão, todo o petróleo e gás produzidos são adquiridos originariamente pelo concessionário; e o Estado não participa das atividades, limitando-se a regulá-las e fiscalizá-las. As companhias adquirem os blocos em leilões promovidos pela ANP, competindo entre si no valor do bônus oferecido pelas áreas e na oferta de atividades exploratórias (programa exploratório mínimo). A remuneração do Estado se dá pela tributação e pelas participações governamentais. Além do Brasil, os Estados Unidos, Canadá, Rússia, Argentina, Colômbia, México, entre outros países, adotam esse regime.

Na partilha de produção, o Estado participa, sem investir ou correr risco, da atividade de exploração e produção, além de regulá-la e fiscalizá-la. No leilão para oferta de áreas, o bônus é fixo, e a disputa ocorre pelo percentual de excedente da produção de petróleo e gás natural ofertados à União. É declarado vencedor o licitante que oferecer o maior percentual de excedente em óleo para a União. Por serem consideradas de baixo risco exploratório e por seus elevados potenciais, as áreas realizadas no Polígono do Pré-Sal e/ou quando consideradas estratégicas são realizadas em regime de partilha da produção, que, no Brasil, é um regime fiscalmente bem mais severo do que o de concessão. Países como Rússia, Índia, China, Indonésia, Nigéria, Angola e Cazaquistão trabalham com esse regime.

#### Quadro comparativo de regimes:

CONCESSÃO	PARTILHA DE PRODUÇÃO
Todo o petróleo e gás produzidos são adquiridos originariamente pelo Concessionário.	Parte do Petróleo e do gás é adquirida originariamente pelo contratado, e parte é adquirida pelo Estado.
Estado não participa das atividades de E&P, limitando-se a regulá-las e fiscalizá-las.	Estado participa diretamente das atividades de E&P, além de regulá-las e fiscalizá-las.
Remuneração do Estado se dá pela tributação e pelas participações governamentais.	Remuneração do Estado, além da tributação e participações governamentais, provém da comercialização de P&G.
Menor custo de governança.	Maior custo de governança.
Estado não assume risco de qualquer natureza.	Estado não assume riscos de E&P, mas corre riscos na comercialização.

Fonte: David, Olavo Bentes. Concessão e Partilha: evolução, conceitos, comparativos. Apresentação de aula proferida na FGV, julho/2020.

## A parcela da União

No regime de partilha de produção, o operador e os contratados arcam com todos os custos do empreendimento e, em caso de sucesso exploratório, são reembolsados com um volume de hidrocarbonetos denominado “custo em óleo”. Para calcular a parcela de petróleo e gás natural da União e dos demais parceiros de cada projeto em regime de partilha, desconta-se, do total da produção de cada campo, o volume correspondente aos *royalties* devidos e todos os gastos de investimento e operacionais necessários para a execução das atividades de exploração e produção (custo em óleo). A diferença, denominada “óleo lucro”, é repartida entre as empresas participantes do consórcio e a União, a qual receberá a parcela de excedente em óleo que lhe foi ofertada no leilão.



## O Polígono do Pré-Sal

O Polígono do Pré-Sal ocupa uma área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Trata-se de uma região com alta incidência de rochas carbonáticas cobertas por uma espessa camada de sal, com profundidades de reservatório que variam de 5 mil a 7 mil metros.

Grande parte dessas rochas está impregnada com petróleo, e os recursos petrolíferos já descobertos no polígono estão avaliados em mais de 40 bilhões de barris de óleo equivalente. Contudo, estudos estimam que as reservas de petróleo ainda por descobrir, na área, podem atingir mais de 50 bilhões de barris.

A maioria dos campos já identificados no Polígono do Pré-Sal contém petróleo em uma única fase líquida no reservatório. Esta, ao ser produzida, decompõe-se na superfície em petróleo com densidade grau API entre 28° e 30°, e no gás natural originalmente dissolvido do óleo, à razão média de cerca de 250 metros cúbicos de gás natural para cada metro cúbico de petróleo.

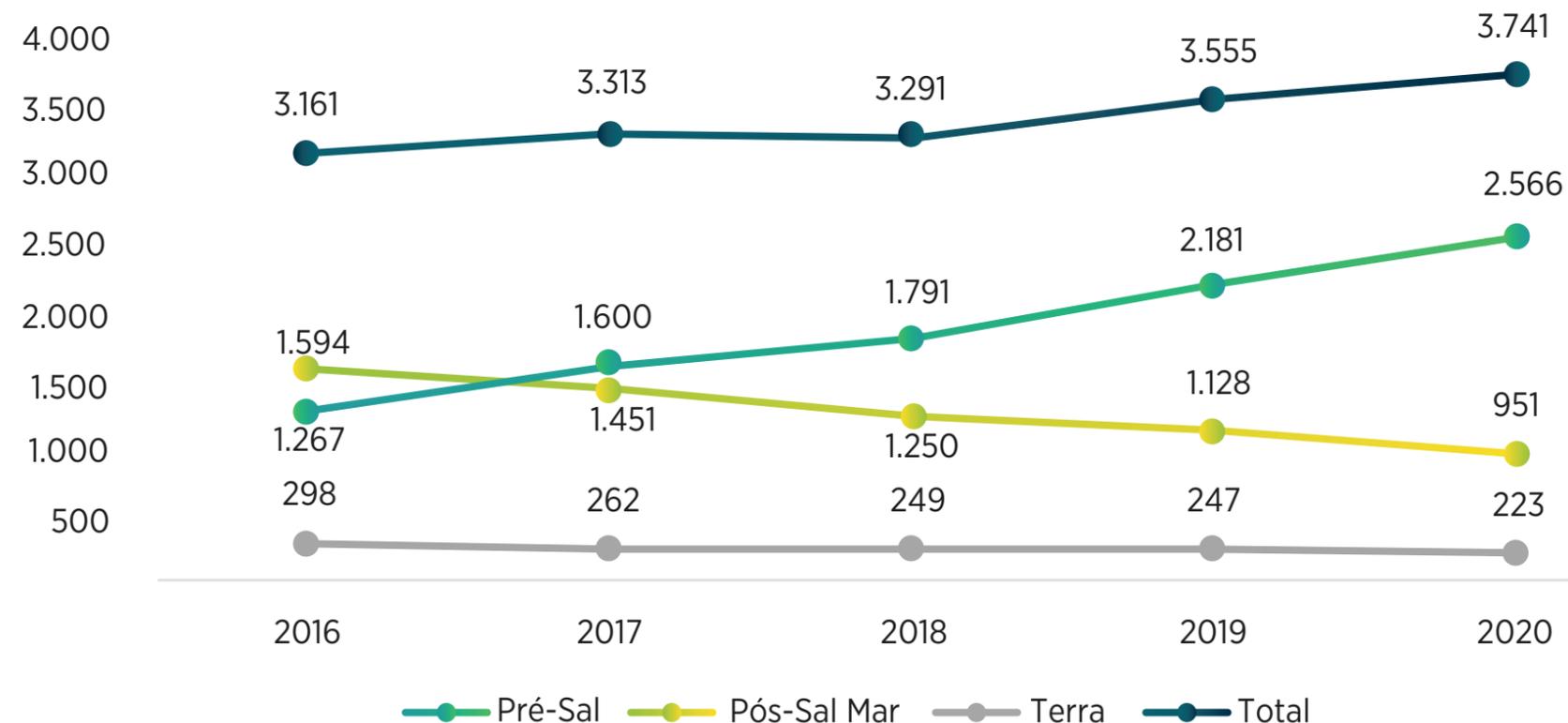


**17**  
Contratos  
de Partilha de Produção  
sob gestão da PPSA

Em 2020, a produção brasileira registrou recordes tanto na produção de petróleo quanto na de gás natural. Dados da ANP demonstram que a produção petrolífera aumentou 5,5% em relação a 2019, tendo alcançado uma média de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), enquanto a de gás natural cresceu 4,1% em relação ao ano anterior, com média de 127 MMm<sup>3</sup>/d (milhões de metros cúbicos por dia).

A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal, que representam atualmente, em média, 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. O gráfico ao lado relaciona a variação anual da produção, por ambiente, desde 2016.

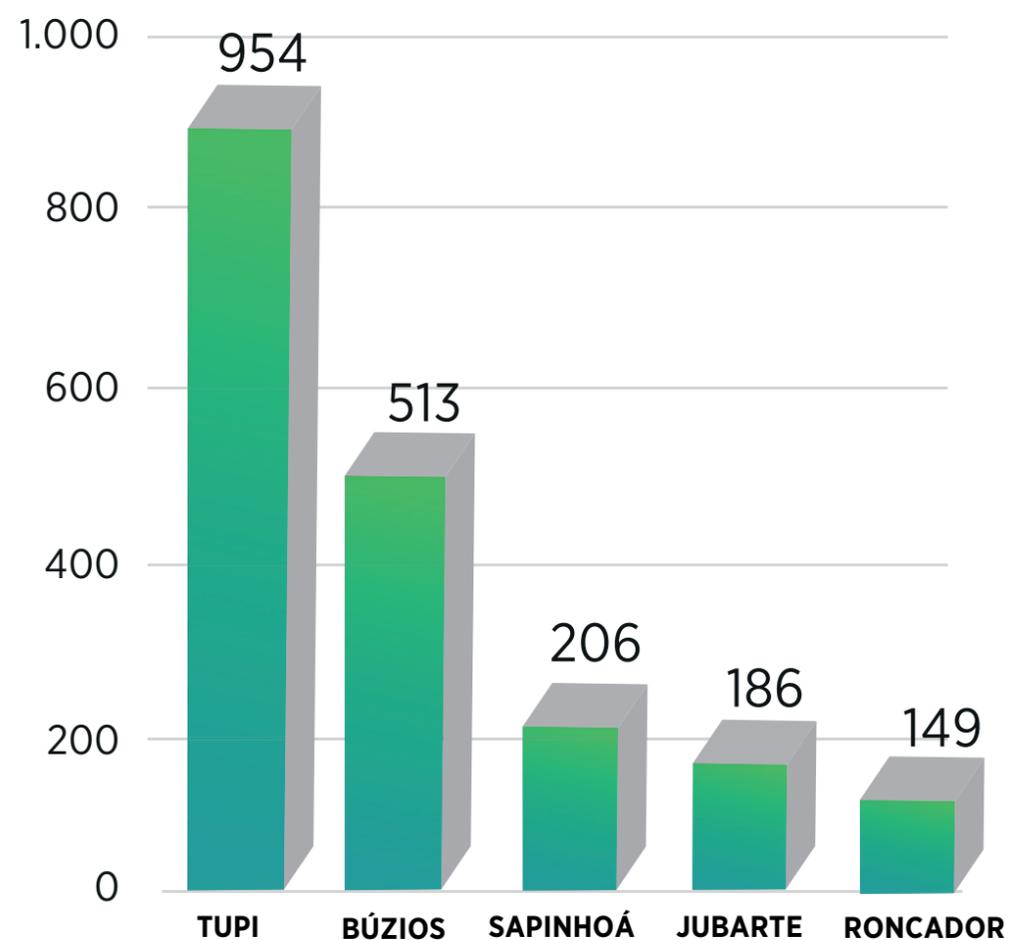
### Histórico da produção por ambiente (Mboe/d)



Fonte: ANP.

Segundo dados da ANP, os campos de Tupi, Búzios e Sapinhoá foram os maiores produtores do pré-sal, em 2020. Esses campos têm participações da União, sob gestão da PPSA.

### Os cinco campos com maior produção de petróleo 2020 (Mbbbl/d)



Fonte: ANP.

**Tupi**, o maior campo produtor do país, foi contratado em regime de concessão. Porém, verificada a extensão da jazida para área não contratada, foi efetivado, em abril de 2019, um Acordo de Individualização da Produção (AIP) para a jazida compartilhada de Tupi. A jazida compartilhada se estende para o Campo de Tupi, área não contratada; e para o Campo de Sul de Tupi, contratado sob regime de cessão onerosa. A participação da União na jazida compartilhada de Tupi é de 0,551%. Pelas nossas estimativas, tal participação resultará em cerca de 4 milhões de barris de óleo da União, nos próximos cinco anos.

O **Campo de Búzios** atualmente produz, ainda em regime de cessão onerosa, com quatro FPSOs em operação. Em novembro de 2019, foram leiloados os Volumes Excedentes da Cessão Onerosa do Campo, em regime de partilha de produção. O consórcio vencedor, formado pela Petrobras (operadora com 90%) e pelas chinesas CNODC Brasil (5%) e CNOOC Petroleum Brasil Ltda (5%), ofereceu à União um excedente em óleo de 23,24%. As partes, incluindo a PPSA, na condição de interveniente anuente, estão negociando um Acordo de Coparticipação que regulamentará a produção coparticipada (cessão onerosa e partilha). Tão logo o acordo seja assinado e aprovado pela ANP, a produção será concomitante no regime de partilha de produção e na cessão onerosa, incrementando a produção diária de óleo da União.

**Sapinhoá** é um campo que produz sob o regime de concessão, com dois FPSOs em operação. A jazida foi unitizada, primeiramente, com área não contratada, posteriormente licitada em regime de partilha de produção (Entorno de Sapinhoá), que deu origem a três campos, com excedente em óleo para a União de 80%.

Por fim, vale ressaltar que o campo de **Jubarte**, operado pela Petrobras na costa do Espírito Santo, quarto maior produtor do país, está em Procedimento de Individualização da Produção.

# GERAÇÃO DE VALOR

Geramos valor maximizando os resultados econômicos da União, em todas as nossas frentes de atuação.

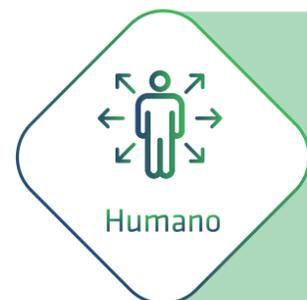
## Nossos capitais

Para atingir nossos objetivos, em 2020, alocamos uma ampla gama de capitais em nossas atividades, em nossas três frentes de atuação. O quadro ilustra os capitais que consideramos relevantes para o negócio.



Financeiro

Formado pelos recursos que temos disponíveis para realizar nossas atividades: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação, integralização de capital e ganhos financeiros.



Humano

Formado pela nossa equipe altamente capacitada e experiente no setor de óleo, que com comprometimento e ética tem trazido os melhores resultados para a empresa.



Manufaturado

Formado pela nossa estrutura física e por nossos recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação.



Intelectual

Formado pelo conjunto de metodologias, processos de gestão e modelos de contratos, entre outros, criados a partir do nosso conhecimento. Nosso capital intelectual traz colaborações efetivas para o desenvolvimento das atividades no Polígono do Pré-Sal.



Social

Formado pelo nosso relacionamento contínuo e ético com nossos públicos de interesse, sempre voltados à colaboração com a indústria e o governo, garantindo resultados duradouros da exploração e produção de petróleo e gás no Polígono do Pré-Sal para toda a sociedade.

Conhecimento amplo da **produção de petróleo e gás no regime de partilha** de produção, representando a União

**Interface técnica** entre o governo e a indústria

Conhecimento do **modelo de negócios** das principais empresas de petróleo do mundo

Inteligência da empresa voltada para **colaborar com a elaboração de políticas públicas**

## Importância estratégica

Somos profundos conhecedores do regime de partilha de produção no país e dos reservatórios do Polígono do Pré-Sal, com experiência para contribuir com o governo na formulação de políticas públicas para o segmento de petróleo e gás. Essa contribuição se dá em diferentes temas, a exemplo de questões relativas à comercialização do óleo e do gás da União, nas discussões acerca dos volumes excedentes da cessão onerosa, na melhoria das rodadas de licitação em regime de partilha de produção ou no debate sobre o aproveitamento econômico do gás natural do pré-sal brasileiro.

Com uma equipe altamente qualificada em Direito do Petróleo, acompanhamos e colaboramos, desde 2013, com a evolução regulatória dos contratos de partilha de produção. Diversos aprimoramentos foram realizados nos contratos ao longo das rodadas de licitação, em especial no segundo e terceiro leilões. O instituto da evolução regulatória vem sendo empregado para equalizar os contratos e nivelá-los, em benefício dos consórcios, desde que não haja impacto econômico direto.

Atuamos junto a cinco operadores e 14 consorciados. Conhecemos as demandas e os modelos de negócios. Atuamos como gestores, controlando custos, apoiando projetos e a inovação tecnológica do setor; e, naturalmente, agimos como interface técnica entre a indústria e o Governo Federal.

# MODELO DE NEGÓCIOS



JANEIRO 2020

## CAPITAL FINANCEIRO

- R\$ 181,3 milhões por meio do contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação, integralização do capital e ganhos financeiros.
- Endividamento Zero.

## CAPITAL HUMANO

- 55 empregados altamente qualificados e com amplo conhecimento sobre Exploração e Produção no pré-sal brasileiro. 4 diretores executivos.
- Profissionais com foco em inovação a partir das atividades nos CPPs.
- 100% da força de trabalho treinada em compliance.
- 6 contratações - prestação de serviços: secretaria, comunicação, jurídico, comercialização/acompanhamento da produção, tecnologia da informação e serviços gerais.

## CAPITAL INTELECTUAL

- Modelos geológicos e de reservatórios construídos a partir dos softwares disponíveis.
- Processos de governança para os contratos de partilha de produção e representação da União nos acordos de individualização da produção.
- Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP) implantado.
- Ferramenta de Modelo Econômico para analisar e aprovar viabilidade dos projetos de E&P.
- Modelo de contrato de comercialização de petróleo e gás.
- Metodologia para cálculo da participação da União nas jazidas compartilhadas.
- Processos de gestão mapeados nas três áreas de atuação e 70 procedimentos estruturados.
- Softwares especialistas de geologia e reservatórios.
- Base de dados de custos.

## CAPITAL SOCIAL

- Gestão e participação técnica junto a 5 empresas operadoras em 17 contratos de partilha de produção, com foco em redução de custos, melhoria de resultados e eficiência dos projetos.
- Contribuição permanente com MME para construção de políticas públicas no setor de óleo e gás.
- Aumento de conteúdo no site e diminuição no tempo de resposta nos canais de comunicação, possibilitando maior transparência.

## CAPITAL MANUFATURADO

- Parque de 18 workstations para construção de modelos de reservatórios.
- Escritório do centro do Rio de Janeiro.
- Estrutura de TI e comunicação.

## CAPITAL FINANCEIRO

- Arrecadação de R\$ 704,2 milhões para a União em 2020:
- R\$ 627,8 milhões com a comercialização de 2,8 milhões de barris de petróleo e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás da União.
- R\$ 76,4 milhões arrecadados por meio de um acordo de Equalização de Gastos e Volumes referente à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no campo de Tartaruga Verde Sudoeste.
- Lucro líquido de R\$ 55,87 milhões.
- Endividamento zero.

## CAPITAL HUMANO

- 57 empregados altamente qualificados e com amplo conhecimento sobre Exploração e Produção no pré-sal brasileiro. 4 diretores executivos. Cerca de 80% do quadro possui pós-graduação, mestrado e ou doutorado.
- 7 contratações - prestação de serviços: secretaria, comunicação, jurídico, comercialização/ acompanhamento da produção, tecnologia de informação e serviços gerais.
- Constituição de gerência de licitações e contratos.
- Ampliação do escopo da Comunicação Corporativa para abranger a área de Ouvidoria.
- Constituição de um comitê interno para tratar da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Revisão do Estatuto Social e do Regimento Interno.
- Implementação de primeira mudança organizacional da companhia, redefinindo as áreas de atuação entre suas diretorias.
- Implantação de um escritório de projetos para dar suporte às atividades da Diretoria de Gestão de Contratos.
- Conclusão da implantação do Programa de Integridade e designação de três empregados e um diretor para compor a Área de Integridade.
- 100% da força de trabalho treinada sobre o tema assédio.
- Todos os membros dos colegiados treinados em Integridade.

## CAPITAL INTELECTUAL

- Conhecimento para elaboração de modelagens dinâmicas de reservatórios (simulação de fluxos de hidrocarbonetos), úteis para determinação de participações em projetos.
- Conhecimento de modelagem econômica avançada de projetos de petróleo no pré-sal, úteis para simulação de resultados dos campos.
- Estudo de estimativas de demanda de petróleo e gás e de arrecadação para a próxima década.
- Conhecimento para elaboração de Acordos de Coparticipação, novo instrumento jurídico a ser implantado no pré-sal.
- Conhecimento aprofundado dos reservatórios dos volumes excedentes da Cessão Onerosa de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu.
- Experiência em representar a União na negociação com a Petrobras para os volumes excedentes da Cessão Onerosa de Sépia e Atapu.
- Novo modelo de negócio para a comercialização, contemplando o emprego do agente comercializador da União.
- Implantação de melhorias nos processos de governança dos CPPs.
- Evolução regulatória nos CPPs.

## CAPITAL SOCIAL

- Implantação do teletrabalho sem prejuízos à eficiência da empresa.
- Implantação do Boletim Mensal dos contratos de partilha de produção.
- Avaliação dos públicos de interesse sobre a empresa.
- Implantação de um canal de denúncias próprio e adesão ao Fala.BR do Governo Federal.
- Realização do 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo de forma virtual com cerca de dez mil participantes.
- Engajamento de aproximadamente 15 mil pessoas no LinkedIn da empresa.

## CAPITAL MANUFATURADO

- Ampliação da estrutura de TI para atendimento ao trabalho remoto.
- Migração de sites e sistemas para nuvem, aumento da segurança dos dados no escritório e suporte remoto aos usuários.
- Utilização de soluções multcloud permitindo maior segurança e trabalho remoto ininterrupto.
- Contratação da solução Delfi da empresa Schlumberger, permitindo assim que parte da equipe técnica pudesse realizar o armazenamento e processamento remoto de dados dos reservatórios de petróleo e gás de forma remota e segura com alta capacidade de processamento e espaço.
- Aquisição de 4 licenças do software T-Navigator especializado em simulação numérica de reservatórios.

DEZEMBRO 2020

## CADEIA DE VALOR

A nossa atuação está distribuída em três pilares, que se apoiam em diversas atividades primárias. A seguir, detalhamos os macroprocessos e as atividades primárias a eles associadas.

### Macroprocesso de gestão dos contratos de partilha de produção

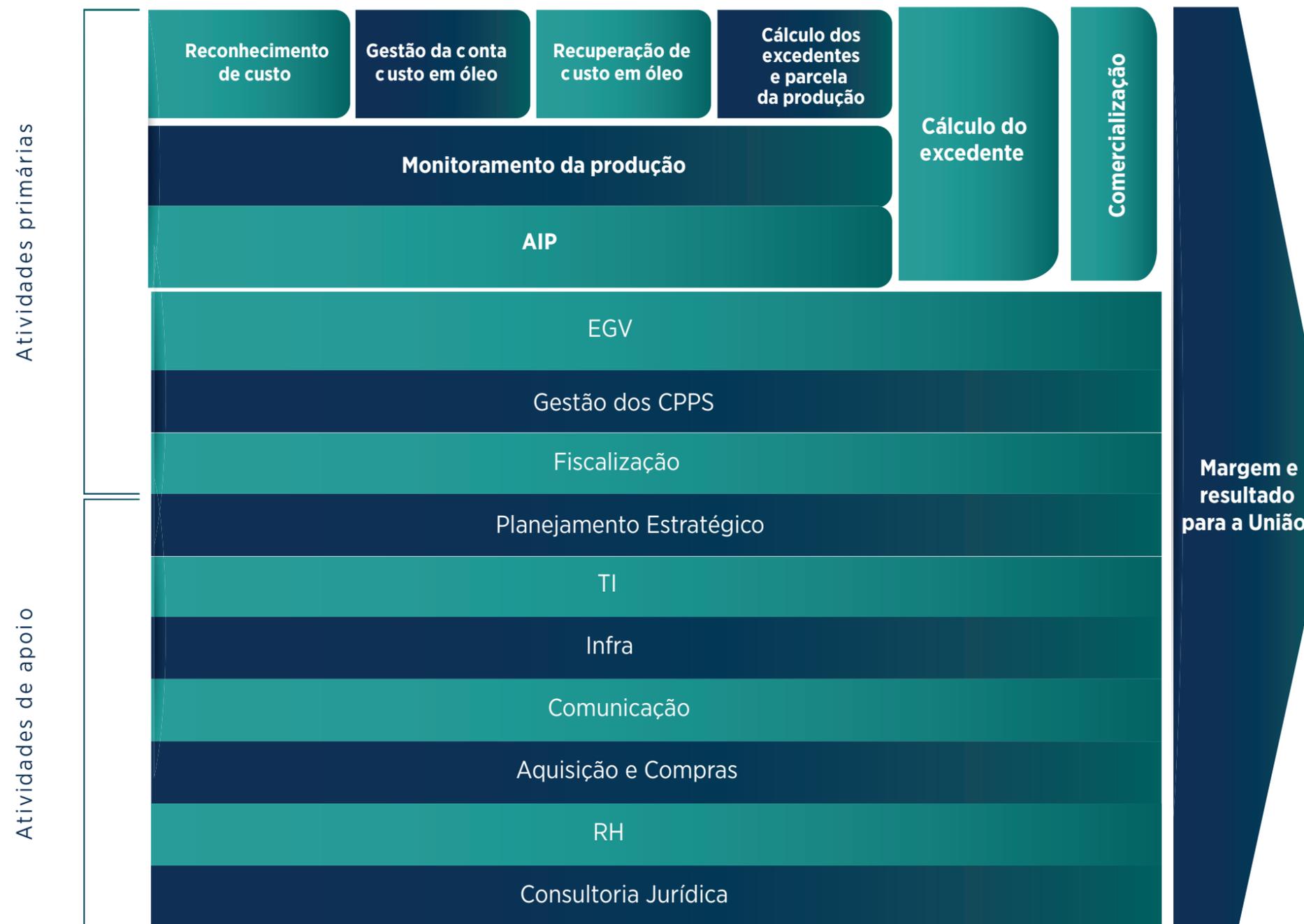
Esse macroprocesso envolve várias atividades primárias. Tem início com a atuação dos gerentes-executivos representando a gestora nos comitês operacionais, contando com o apoio dos corpos técnico e jurídico da empresa para aprovação dos *ballots* (votos), das estratégias e das contratações (atividade primária de gestão dos CPPs) na etapa de exploração.

À medida que um projeto amadurece, outras atividades primárias vão surgindo. A primeira é a de reconhecimento de custos. Nossos técnicos realizam uma análise criteriosa dos custos apresentados pelos operadores. Essa análise servirá de base para o cálculo da conta de custo em óleo gerida pela empresa (atividade primária de gestão da conta de custo em óleo).

O projeto avança, são realizadas descobertas, o sistema de produção é aprovado, tem seu desenvolvimento monitorado, é implantado e a produção se inicia. Nesse momento, passa a haver a ponderação entre óleo e gás produzidos e os gastos incorridos pelo operador. Em paralelo, é realizada a atividade de monitoramento da produção, que serve de subsídio para o cálculo da recuperação de custo em óleo e o cálculo dos excedentes em óleo (atividade primária de monitoramento da produção).

Com base na ponderação entre o volume produzido e o gasto incorrido, já é possível ao operador recuperar, em óleo, parte do gasto incorrido nas fases de exploração e desenvolvimento da produção (atividade primária de recuperação de custo em óleo). Esse valor a ser recuperado depende de parâmetros definidos no contrato de partilha de produção (atividade primária de cálculo do excedente e parcelas da produção). Após a recuperação em óleo dos custos incorridos e do volume correspondente aos *royalties* pagos, o excedente em óleo é partilhado entre os contratados e a União (atividade primária de cálculo de excedente em óleo da União).

Nesse momento, passamos para outro macroprocesso, um entre os três pilares da empresa. Para averiguar a adequação dos custos apresentados, complementando o processo de reconhecimento de custo, são realizadas atividades de auditoria do custo e do excedente em óleo no operador (atividade primária de fiscalização).



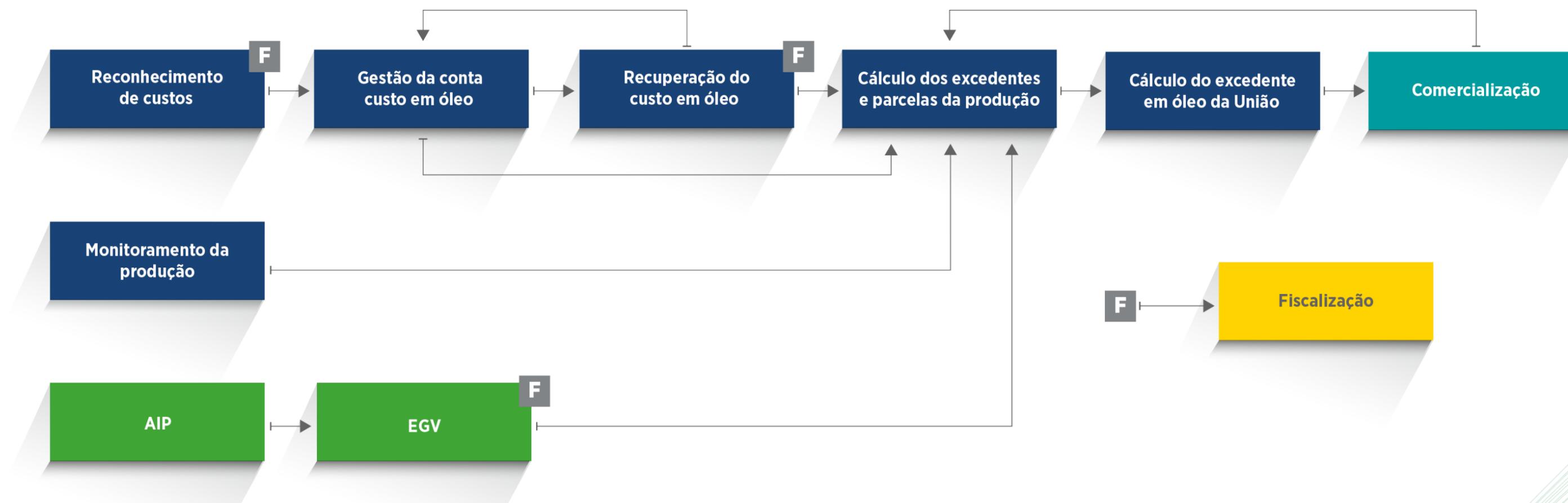
## Macroprocesso de gestão dos AIPs

A representação da União nos AIPs é outro pilar da empresa. Como dito, cabe à PPSA estudar e negociar a parcela da União nesses acordos (atividade primária de negociação de AIPs) quando envolvidas áreas não contratadas internas ao Polígono do Pré-Sal ou a áreas estratégicas. Após a definição da parcela da União, a empresa negocia um acordo de equalização de gastos e volumes com as partes unitizantes (atividade primária de EGV). Caso a União seja credora nessa equalização de gastos e produção, a diferença entre as receitas e gastos é negociada e paga em pecúnia à União. Caso a União seja devedora, seu débito será quitado com a própria parcela de excedente em óleo cabível à União. Com o objetivo de verificar os valores apresentados e negociados no processo de equalização de gastos e volumes, são realizadas atividades de auditoria (atividade primária de fiscalização).

## Macroprocesso de comercialização

Trata-se da atividade que transforma em pecúnia o óleo e o gás natural advindos dos macroprocessos de representação da União nos AIPs e gestão dos CPPs (atividade primária de comercialização). A empresa é responsável pela gestão dos contratos para a comercialização do petróleo e de gás natural da União. A Pré-Sal Petróleo pode comercializar o petróleo e gás natural da União diretamente, preferencialmente por leilão ou por meio da contratação de um agente comercializador. A empresa pretende atuar com os dois modelos, optando pela alternativa que resulte em um melhor resultado econômico para a União. A seguir, apresentamos o fluxograma dos macroprocessos e processos da companhia, demonstrando a correlação entre todas as atividades primárias desenvolvidas e apresentadas na cadeia de valor.

## Mapeamento dos Processos



Como atividades de apoio, temos os seguintes setores: Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, Financeiro, Comunicação, Aquisição e Compras, Recursos Humanos e Consultoria Jurídica.

# NOSSA GENTE

Nossa equipe é formada por profissionais com sólida experiência na indústria de óleo e gás. Cerca de 80% possuem pós-graduação, mestrado e/ou doutorado. A capacitação da equipe, reconhecida pelo mercado, é peça-chave para resguardar os interesses da União em todas as frentes de atuação da empresa.

Encerramos 2020 ocupando 57 das 58 vagas aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais. Uma das nossas iniciativas estratégicas pressupõe a realização de processo seletivo público para contratação de quadro permanente. Para tanto, elaboramos nosso primeiro Plano de Cargos e Salários, já aprovado pelo Conselho de Administração e pelo MME. Após recomendações da SEST, o plano foi revisado e se encontra em fase de análise e aprovação final, pelo mesmo órgão.

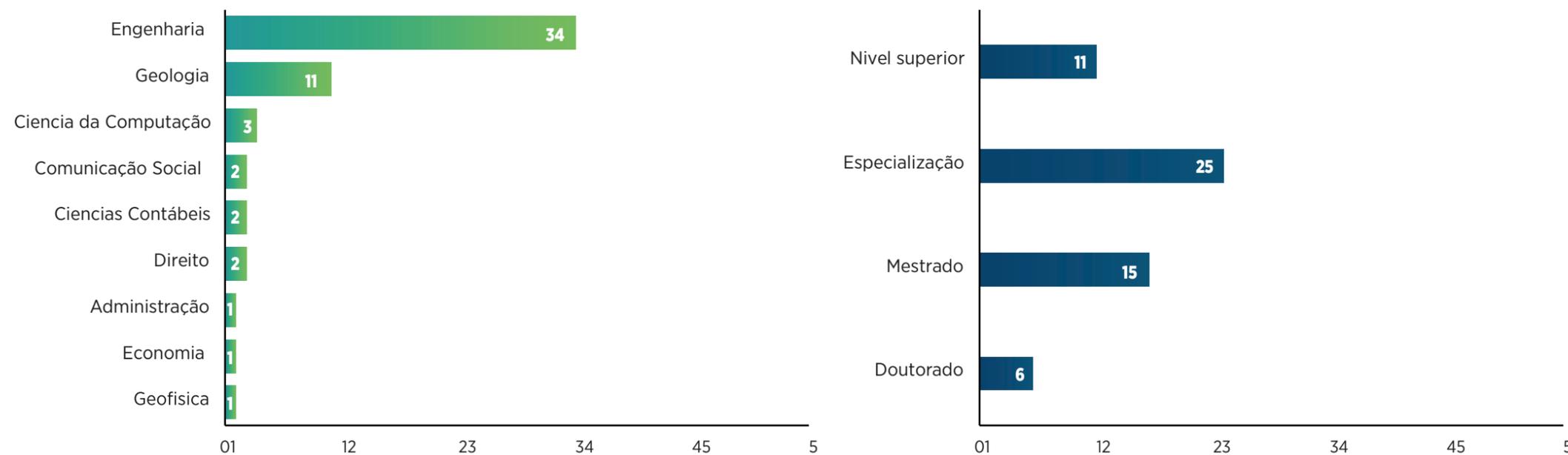
## Quadro de pessoal autorizado

Composição do Quadro de Pessoal da PPSA
<b>1</b> Diretor-presidente
<b>3</b> Diretores
<b>58</b> cargos de empregados de livre provimento. Aprovação: Portaria SEST nº 2.772, de 30/01/2020

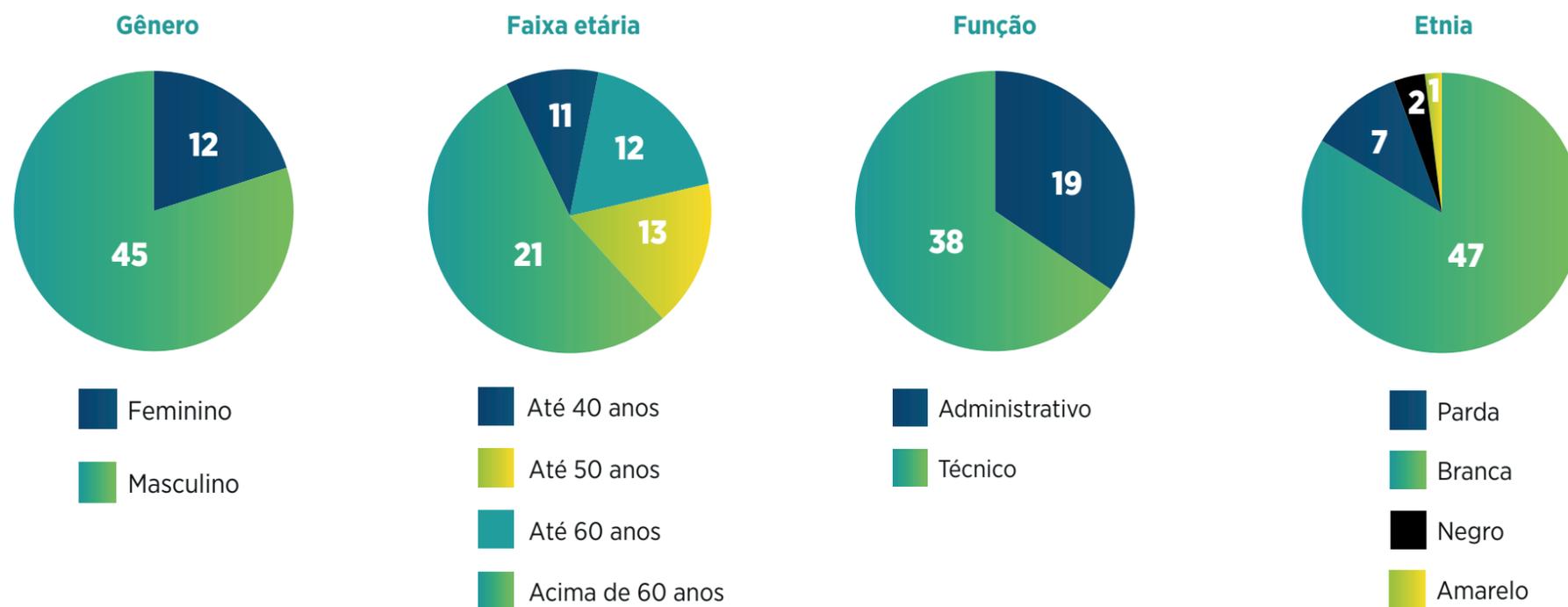
(\*) Regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - Lei nº 12.304/2010, art. 13.

(\*\*) De acordo com o Estatuto Social, a companhia terá, no máximo, 150 empregados permanentes, além dessas 58 funções gratificadas de livre provimento, observado o limite aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia.

A seguir, nossos principais indicadores de recursos humanos:



Gênero, faixa etária, etnia e função:



 [Acesse o organograma](#)

Para dar apoio às nossas atividades, contamos com sete contratos de prestação de serviços de secretaria, comunicação, assessoria à consultoria jurídica, comercialização/acompanhamento da produção, contabilidade, tecnologia de informação e serviços gerais.

Em atendimento ao aumento de demanda de trabalho e à legislação aplicada, em 2020, promovemos algumas mudanças na empresa:

- Constituímos uma Gerência de Licitações e Contratos;
- Implantamos um comitê interno para tratar da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Ampliamos o escopo da Comunicação para abranger a área de Ouvidoria;
- Fizemos revisões no Estatuto Social e no Regimento Interno da PPSA;
- Implementamos a primeira mudança organizacional da companhia, redefinindo as áreas de atuação entre as diretorias;
- Implantamos um escritório de projetos para dar suporte às atividades da Diretoria de Gestão de Contratos;
- Criamos um Comitê de Melhorias do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP);
- Criamos a Área de Integridade, com três empregados e um diretor; e
- Criamos um grupo de trabalho para estudar a retomada presencial das atividades na empresa.

## Ambiente de trabalho e saúde ocupacional

Nosso ambiente profissional é pautado por valores de ética e respeito, temas amplamente tratados em nosso Código de Conduta e Integridade. Essas condições se mantiveram durante o período de trabalho remoto. Fiel a esses princípios, a alta liderança segue em seu empenho de manter um ambiente colaborativo, de trabalho integrado e com valorização do espírito de equipe. Não registramos nenhum caso de reclamação relacionado a práticas discriminatórias ou trabalhistas. Em nossa empresa, a remuneração não difere em função do gênero dos empregados.

Nossa preocupação com a saúde e o bem-estar da equipe se estende à saúde ocupacional e aos benefícios de saúde. Contamos com assistência médica e odontológica, extensiva aos dependentes legais, e auxílio-refeição. Como controle dos indicadores de saúde na empresa, realizamos consulta médica ocupacional anual.

## A pandemia

Suspendemos nossas atividades presenciais em março de 2020 e passamos a monitorar a saúde de nosso quadro de empregados. A qualquer sintoma da doença, o funcionário se reporta imediatamente à área de Recursos Humanos. Passamos também a enviar regularmente ao Ministério de Minas e Energia um comunicado institucional, com o objetivo de prestar informações, em cumprimento à Portaria MME nº 117/GM, de 18 de março de 2020. Entre nossa equipe, 10 empregados e um (1) colaborador terceirizado apresentaram sintomas de contaminação pelo novo coronavírus. Oito deles não precisaram interromper suas atividades laborais; e três precisaram de licença médica por 15 dias, retornando, em seguida, ao trabalho. Sete desses 11 colaboradores realmente testaram positivo para a Covid-19.

Em junho, foi constituído um grupo de trabalho formado por cinco empregados e um diretor, com o objetivo de definir um plano de ação para a retomada de atividades no escritório central da PPSA. O grupo produziu os seguintes documentos:

- Pesquisa com empregados para traçar o perfil da equipe frente aos riscos da Covid-19 (idade, doenças preexistentes, filhos em idade escolar, cuidado com idosos, entre outros);
- Minuta de portaria instituindo o Plano de Retorno ao Trabalho Presencial (PRTP) da PPSA, visando à desmobilização parcial do teletrabalho instituído em razão da pandemia da Covid-19 e a retomada, também parcial, das atividades presenciais; e

- Documento anexo à portaria estabelecendo ações a serem adotadas durante a execução do Plano de Retorno ao Trabalho Presencial (PRTP), em cumprimento às medidas estabelecidas no Decreto Rio nº 47.488, de 2 de junho de 2020, e na Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020, do Ministério da Saúde, de modo a prevenir, controlar e mitigar a transmissão da Covid-19.

Em função do trabalho remoto, ampliamos nossa estrutura de TI para suportar as novas necessidades. Por meio de migração de sites para sistemas em nuvem, aumentamos a segurança dos dados e oferecemos suporte remoto aos usuários. Também optamos pela utilização de soluções *multicloud*, permitindo mais segurança e trabalho remoto ininterrupto. Ao longo do ano, realizamos uma média de 600 reuniões mensais pela plataforma Teams.

*Crédito: divulgação PPSA*

*Gerente executivo de Libra, Júlio Gontijo*

# LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sancionada em agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O Comitê de Auditoria apontou a necessidade de análise do impacto da nova lei na empresa e da implementação de medidas de adequação às exigências. Em resposta, foi instituído o Comitê LGPD, formado por cinco empregados, sob liderança da Tecnologia da Informação. A LGPD traz uma nova cultura de privacidade e proteção de dados no país; e acreditamos que, implementando a lei, vamos não apenas aumentar a proteção dos dados com os quais trabalhamos, como também elevar o padrão de segurança da informação na empresa. Além disso, poderemos dar mais transparência aos nossos processos envolvendo os dados.

Em 2020, o comitê trabalhou para a implementação de um programa de governança em privacidade que, no mínimo, atenda aos requisitos

exigidos, dentre eles, a criação de processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais e à elaboração de um plano de resposta a incidentes e remediação. O grupo estudou o tema, participou de palestras e de treinamento oferecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e deu início a uma cotação de preço para contratação de consultoria especializada para dar suporte ao plano a ser implementado pela companhia. A futura contratada realizará as seguintes atividades: mapeamento de processos, inventário de dados pessoais, diagnóstico *assessment*; plano de ação, política de governança de dados, revisão da política de segurança da informação; revisão de contratos e workshop com a equipe. A contratação está prevista para ser realizada em 2021.



# RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

Durante o ano de 2020, cumprimos com as iniciativas estratégicas que dizem respeito ao relacionamento com nossos públicos de interesse. No segundo semestre, realizamos nossa Segunda Pesquisa Pré-Sal Petróleo com Públicos de Interesse, com o objetivo de entender as expectativas e demandas dos nossos públicos, manter o diálogo aberto e promover o engajamento com a empresa. A pesquisa se baseou em 25 entrevistas individuais realizadas por ferramenta de vídeo *online*, com *stakeholders* selecionados dentre um coletivo de influenciadores relevantes. Todos estão lotados em empresas, órgãos governamentais ou instituições representativas altamente estratégicas para a PPSA.

O resultado da pesquisa foi de extrema relevância para a realização do ciclo do planejamento estratégico 2021-2025.



## Públicos de interesse

### PODER PÚBLICO

Mantivemos um diálogo contínuo com o poder público, atuando sempre como uma interface entre o governo e a indústria. Nessa inserção, buscamos os melhores resultados para a União e para os projetos, e colocamos a expertise de nossa equipe para auxiliar a construção de políticas públicas que visem ao avanço do setor.



### PARCEIROS

Atuamos de forma participativa. Estabelecemos um diálogo contínuo por meio do Comitê Operacional e dos subcomitês técnicos de cada projeto, apoiando e estimulando os consorciados na adoção das melhores práticas do setor, promovendo um ambiente de colaboração, transparência, superação de desafios e otimização de custos.



### CONSELHOS E COMITÊS

Estabelecemos um canal de informação permanente com nossos conselheiros e membros de nossos comitês. Para a definição de estratégias e alinhamento de informações, realizamos reuniões ordinárias mensais e bimensais, mantendo-os sempre informados sobre as principais ações da companhia.



## IMPRENSA

Zelamos por um relacionamento contínuo com esse público, para o qual divulgamos nossas notícias regularmente. Agências e jornalistas brasileiros e estrangeiros são permanentemente contemplados. O lançamento, em abril de 2020, do Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção para informar a sociedade a respeito dos volumes totais de petróleo e gás produzidos pelas áreas que estão em desenvolvimento, bem como a participação da União nesses contratos, também se configurou mais uma oportunidade de divulgação, à sociedade brasileira, dos nossos resultados. O boletim obteve expressiva receptividade na imprensa, para quem os resultados mensais são disponibilizados, assim como no site da companhia.

Também lançamos um *dashboard* em nosso site, por meio do qual informamos, mensalmente, a quantidade de petróleo e gás já produzidos pelos contratos de partilha de produção desde 2017, quando iniciou-se a produção nesse regime, bem como as parcelas acumuladas de petróleo e gás natural da União. O quadro também acompanha o valor total que já arrecadamos para a União.

Em 2020, nosso relacionamento com a imprensa resultou na publicação de mais de 2 mil matérias, reportagens e notas sobre nossa atuação.



## EMPREGADOS

Assegurar um diálogo com nossa força de trabalho é prioridade da nossa diretoria. Todos têm acesso direto à alta liderança. Comunicados internos, reuniões *online* semanais de planejamento estratégico e nossa newsletter De Olho no Pré-Sal, bem como nosso site, foram os principais canais utilizados para manter a comunicação aberta e a informação sobre as ações em curso, mesmo durante o período de distanciamento social. Em função da pandemia, promovemos encontros com os diretores com toda a equipe pela plataforma Teams, para alinhar informações e manter a proximidade.



## SOCIEDADE

Primamos pelo atendimento permanente, por meio de uma atitude de presteza e transparência em nossos canais com a sociedade, mantendo o compromisso de oferecer a maior quantidade de informações de qualidade sobre a empresa. Em 2020, criamos nosso canal próprio de denúncias e atendemos pelo Fala.BR.

## Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo

Mesmo com as exigências do distanciamento social, atendemos à iniciativa estratégica voltada ao aumento da informação sobre a atuação da empresa para seus públicos de interesse e realizamos, em 17 de novembro, o 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo. O evento, realizado em parceria com a agência EPBR, pela primeira vez, teve formato virtual. No dia do evento e nos subsequentes, o fórum teve audiência de mais de 10 mil pessoas, por acesso via canais da EPBR no YouTube e Facebook.

Na ocasião, nosso presidente apresentou o estudo *Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção*, com projeções sobre a produção de petróleo e gás nas áreas atualmente sob gestão da PPSA, até 2030. Executivos de empresas que atuam no Polígono do Pré-Sal participaram com palestras sobre o desenvolvimento de seus projetos e as adaptações que se fizeram necessárias, pelo contexto da pandemia.

 [Confira o vídeo do evento](#)

 [Faça download das apresentações](#)



## Canais de atendimento à sociedade

Nossos canais de atendimento à sociedade são as vias pelas quais apresentamos respostas tempestivamente, observando os requisitos legais estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas regulamentadoras.



### Fale conosco

Esse é um espaço acessível pelo site da companhia para o contato direto com o cidadão.



O Fala.Br é a plataforma integrada de acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal. Desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU). O sistema permite a qualquer cidadão encaminhar – de forma ágil e com interface amigável – pedidos de informações públicas e manifestações, tudo em um único ambiente. Além do registro de pedidos e manifestações, o sistema permite acompanhar o cumprimento dos prazos, consultar as respostas recebidas, entrar com recursos, apresentar reclamações, entre outras ações, tudo em conformidade com a Lei de Acesso à Informação. Em 2020, recebemos 47 manifestações pelo Fala.Br, todas prontamente atendidas.

## SeCI

O Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) é um canal que permite ao servidor ou empregado público federal realizar consultas e solicitar autorização para exercer atividade privada. Por meio do sistema, ele também pode acompanhar as solicitações em andamento e interpor recursos contra as decisões emitidas. Em 2020, não houve nenhuma consulta ao SeCI.



0800 900 8005  
Canal de Denúncias  
Pré-sal Petróleo

Em 2020, lançamos o nosso próprio Canal de Denúncias, ampliando nossa capacidade de escuta e resposta aos nossos funcionários e à sociedade em geral. O canal é operado por empresa externa e está disponível para os públicos externo e interno 24 horas por dia, sete dias por semana, pelo telefone 0800 900 8005 ou pelo site [www.contatoseguro.com.br/presalpetroleo](http://www.contatoseguro.com.br/presalpetroleo). Não recebemos nenhuma manifestação por esse canal, em 2020.

## in

Iniciado em agosto de 2019, nosso LinkedIn alcançou 15 mil seguidores em dezembro de 2020. O canal atende ao objetivo de aumentar a divulgação de informações sobre a empresa, ampliando nosso contato direto com a sociedade.



# GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

**Plano Estratégico 2020-2024 – Alocação  
de Recursos**  
**Modelo de governança**  
**Controles internos e gestão de riscos**  
**Programa de Integridade**

## PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Nosso planejamento estratégico é quinquenal, com um ciclo anual de revisão. Em cada ciclo, são definidas iniciativas estratégicas com planos de trabalho associados. Para cada plano, são identificados os recursos humanos, softwares e infraestrutura necessários. Durante a elaboração do planejamento de curto prazo, por meio do Plano Anual de Negócios (PAN) e do Programa de Dispêndio Global (PDG), cada área atualiza a sua necessidade de recursos, tendo em vista o cumprimento do estabelecido no planejamento de longo prazo e nas diretrizes estratégicas de curto prazo.

Trabalhando de forma integrada, garantimos o alinhamento da alocação de recursos com o planejamento estratégico de curto e longo prazos, e com o orçamento da companhia, mantendo o foco nos objetivos estabelecidos para o exercício. Podemos citar, como exemplo desse alinhamento, a contratação do software Delphi/Petrel. A ferramenta de modelagem geológica na nuvem, com uso pioneiro na América Latina, é uma adequação tecnológica que permitiu otimizar o trabalho técnico, de forma remota.

A tabela abaixo apresenta o Programa de Dispêndios Globais de 2020:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA EXECUTIVA Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS (PDG) REPROGRAMAÇÃO 2020 DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A - PRÉ-SAL PETRÓLEO		VALORES EM R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de capital	61.914.781	Receitas de capital	2.400.000
Investimentos Imobilizado e intangível	47.602.130	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.400.000
Imobilizado	2.746.800	Aportes do tesouro nacional	2.400.000
Intangível	44.855.330	Receitas correntes	202.381.089
Outras despesas de capital	14.312.651	<b>Total dos fontes</b>	<b>204.781.089</b>
Despesas correntes	134.125.708	Varição patrimonial	5.439.621
Despesas de pessoal	35.952.601	Ajuste de receitas e despesas	-48.614
Despesas com dirigentes	5.034.563	Varição do disponível	-14.131.607
Despesas com conselhos e comitês	1.209.858		
Materiais e produtos	59.011		
Serviços de terceiros	23.400.199		
Tributos	59.555.965		
Outras despesas correntes	8.782.125		
<b>Total dos usos</b>	<b>196.040.489</b>	<b>Total líquido das fontes</b>	<b>196.040.489</b>

# MODELO DE GOVERNANÇA

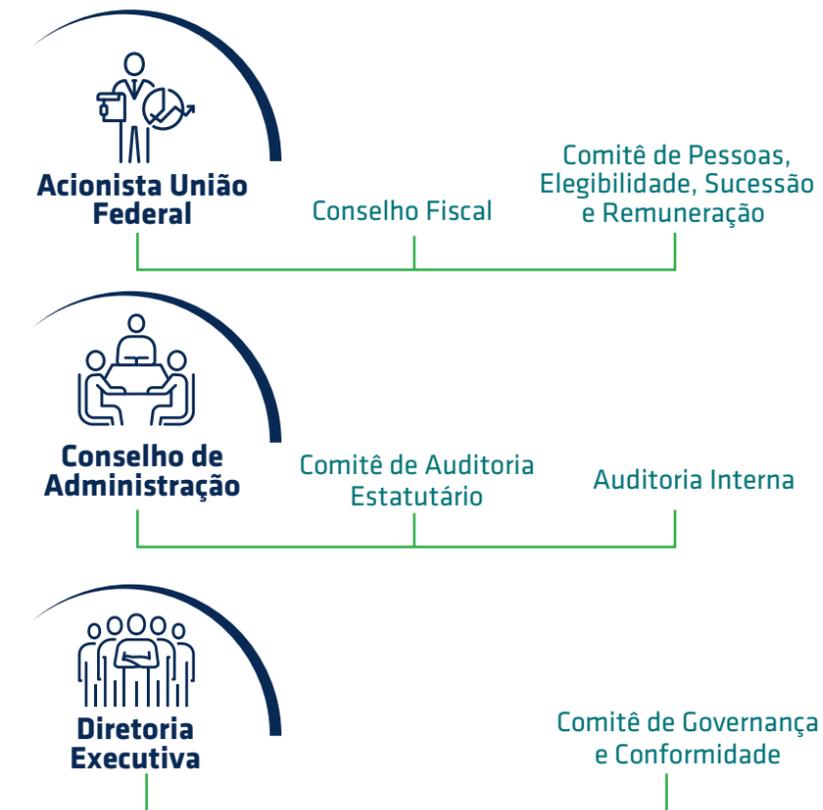
Buscamos, ano a ano, o aprimoramento de nossas práticas de governança e o atendimento a toda a base legal e normativa exigida para as empresas estatais. Para tanto, mantemos a empresa em um ambiente cada vez mais seguro para os negócios e para os empregados. A estrutura de governança da PPSA é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria (COAUD) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Em 30 de abril de 2020, o Conselho de Administração nomeou José Mauro Ferreira Coelho, indicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), como presidente do Conselho e com prazo de gestão até maio de 2022. Entre as aprovações do Conselho de Administração, ao longo do ano, destacamos: a revisão do Estatuto Social e Regimento Interno da PPSA, a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2019, o Plano de Cargos e Salários, o Plano Anual de Negócios 2021 e o Plano Estratégico 2021-2025.

 [Acesse o Estatuto Social](#)

 [Acesse o Regimento Interno](#)

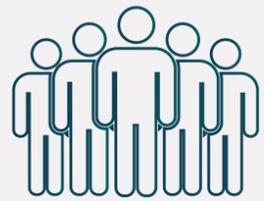
A figura apresenta a relação entre os órgãos:



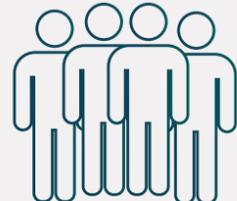
O Estatuto Social traz os regramentos que norteiam os atos da administração e definem a estrutura organizacional interna e as funções das áreas que a compõem.

## Formação acadêmica

### Doutorado



### Mestrado



### Especialização



\*Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

## Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

### Conselho Fiscal

**3** membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo:

- **2** conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério de Minas e Energia;
- **1** conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração pública.

Órgão permanente de fiscalização da PPSA, de atuação colegiada e individual. O prazo de atuação dos membros é de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

### Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

- **3** membros que poderão ser empregados, integrantes do Comitê de Auditoria ou do Conselho de Administração, sem remuneração adicional.

Em 2021, a partir da revisão do Estatuto Social da PPSA para adequá-lo ao estatuto modelo das empresas estatais federais, esse comitê passa a se chamar Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

### Conselho de Administração

**5** membros, sendo:

- **1** conselheiro indicados pelo Ministério de Minas e Energia, presidindo o colegiado;
- **2** conselheiros indicados pelo Ministério da Economia;
- **1** conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República; e
- O Diretor-Presidente da PPSA.

O Conselho de Administração tem prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

### Comitê de Auditoria Estatutário

**3** membros

- Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando esse, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

O mandato é de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

### Diretoria Executiva

- Diretor-Presidente
- Diretor de Gestão de Contratos
- Diretor Técnico
- Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

Órgão executivo de administração e representação da PPSA.

O prazo de gestão da Diretoria Executiva é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

## Nossa Diretoria Executiva em 2020

### Jose Eduardo Vinhaes Gerck

Diretor-presidente

Graduado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), com mestrado e doutorado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ); e especialização em Engenharia de Petróleo, pela Universidade Petrobras; em Finanças, pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Coppead/UFRJ); e em Economia Empresarial, pela Universidade Candido Mendes (Ucam), Gerck possui mais de 30 anos de experiência na indústria de petróleo e gás. O engenheiro iniciou sua carreira na Petrobras e posteriormente atuou como professor universitário, gestor e consultor de empresas.

### Osmond Coelho Júnior

Diretor de Gestão de Contratos

Graduado em Engenharia de Construção e Fortificação, pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1980; com pós-graduação em Engenharia de Petróleo, na Universidade Petrobras (1981); em Engenharia Econômica, pela UFRJ (1986); e em Propaganda e Marketing, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-RJ), em 1988. Possui MBA em Gestão de Ativos pela FGV-RJ, em 2004; e em Gestão Avançada pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Coppead/UFRJ), em 1998 e 2007. Osmond tem mais de 35 anos de experiência na indústria de óleo e gás, e iniciou sua trajetória profissional na Petrobras, na qual atuou, mais recentemente, como gerente-geral de Concepção e Implantação de Projetos de Libra; gerente-executivo de Investimentos de Gás e Energia; gerente-executivo da América do Norte, África e Eurásia; e gerente-geral de Desenvolvimento da Produção no Pré-Sal.

### Samir Passos Awad

Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

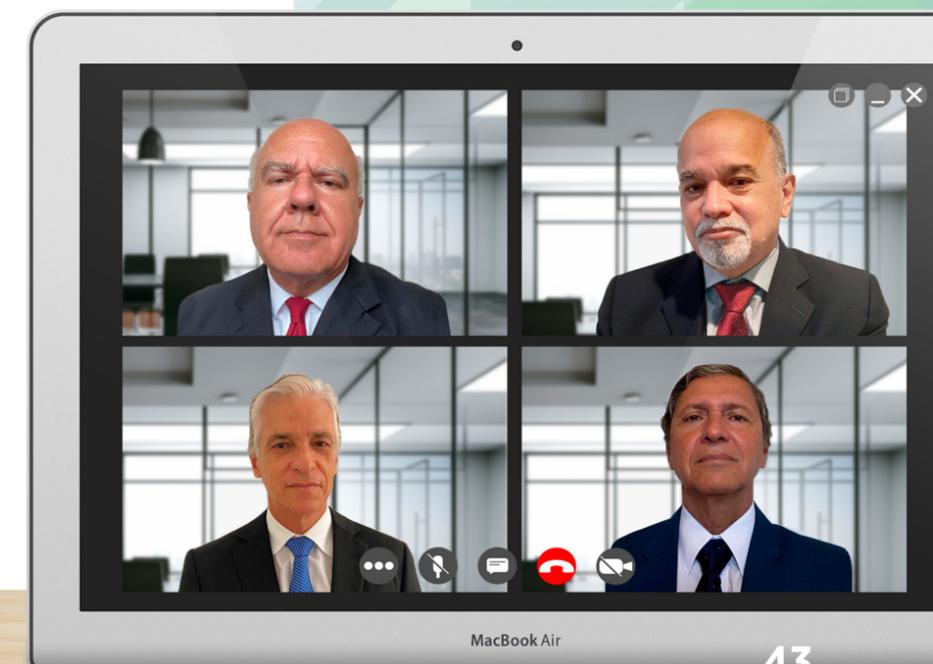
Graduado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1982; com mestrado em Engenharia Submarina (Cranfield University), na Inglaterra; e possui especializações em Stanford, nos EUA; e na Insead Business School, na França. Samir Awad iniciou sua trajetória profissional na Petrobras, na qual atuou por mais de 30 anos. Entre as diversas atividades realizadas na empresa, o engenheiro foi diretor-presidente da Petrobras Nigeria Ltd. (1999-2006), gerente-executivo das Américas, África e Ásia; na gestão de projetos de E&P e *downstream* em 17 países (2007-2009), e diretor-presidente da Petrobras Netherlands BV. (2009-2016).

### Paulo Moreira de Carvalho

Diretor Técnico

Graduado em Engenharia Química pela UFRJ (1978), tem mestrado em Engenharia de Petróleo pela Unicamp (1993) e doutorado pela Universidade do Texas, EUA (1998). Possui mais de 40 anos de experiência na área de engenharia de petróleo, com ênfase em métodos de produção, elevação natural e artificial de petróleo. Foi gerente do ativo Akpo, na Nigéria, e diretor-geral da Petrobras Turquia (2006-2009). Também atuou como gerente-geral de tecnologia e de logística para o pré-sal, na Transpetro, no período de 2009 a 2014. Em 2014, assumiu o cargo de superintendente de Desenvolvimento e Produção na Pré-Sal Petróleo.

*No alto: Samir Awad, à esquerda, e Osmond Coelho. Na fileira de baixo: Eduardo Gerck, à esquerda, e Paulo Carvalho.*



**PAULO CARVALHO****Diretor Técnico**

Superintendência de Desenvolvimento e Produção

Superintendência de Exploração

Superintendência de Reservatórios

**OSMOND COELHO****Diretor de Gestão de Contratos**

Gerências Executivas de Contratos

Coordenação Técnica de Gestão de Projetos e Contratos

Assessoria Especial

**SAMIR AWAD****Diretor de Administração, Finanças e Comercialização**

Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Gerência de Controle e Finanças  
Gerência de Licitação e Contratos

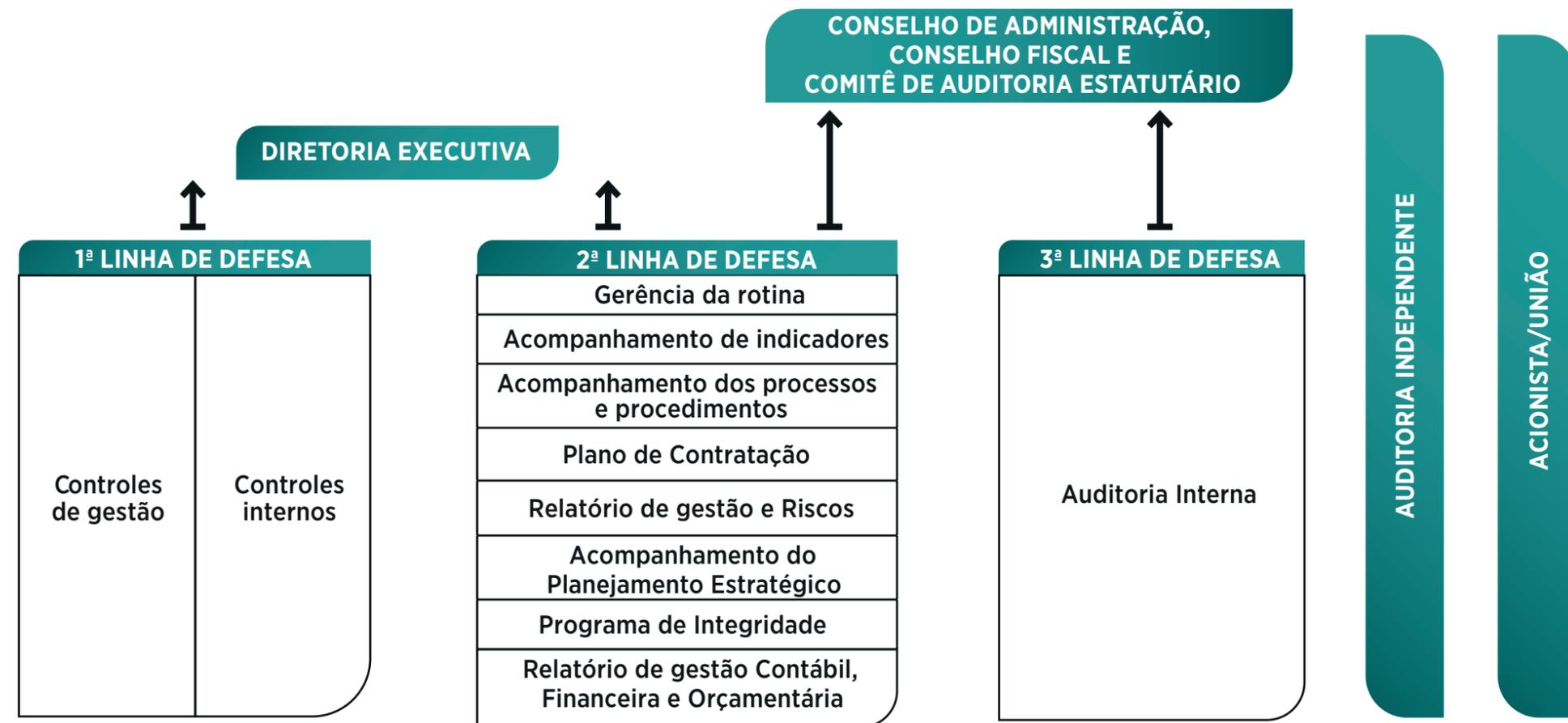
Gerência de Tecnologia da Informação

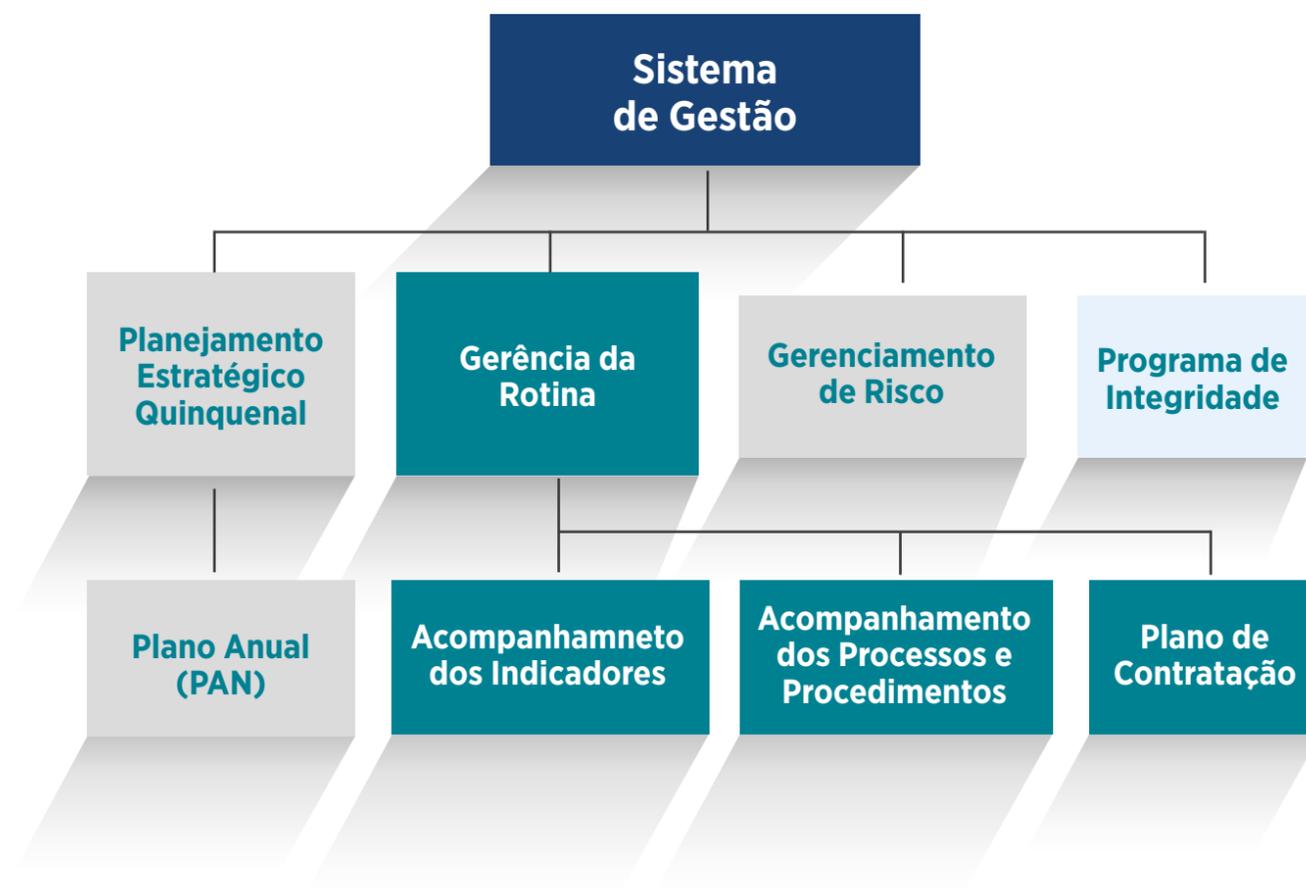
Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás

# CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

## Linhas de defesa

- O Modelo das Três Linhas de Defesa foi estruturado na empresa, com o objetivo de apoiar o gerenciamento de riscos, a implementação e o acompanhamento do planejamento estratégico, bem como o estabelecimento e acompanhamento dos controles internos e da gestão.
- Garante uma estrutura que reporta à alta administração e aos órgãos de governança e controle da companhia.
- O Comitê de Auditoria acompanha o tema permanentemente. Em função da relevância do papel que a empresa exerce para o país e da demanda crescente de trabalho, bem como das responsabilidades inerentes à atividade, sugeriu, em seu relatório anual de 2020, que, a partir de 2021, seja desenvolvida e implementada a estrutura de gestão ainda mais eficiente de controles internos (pessoas, informações, ferramentas de gestão e outros). A iniciativa visa dar suporte ao crescimento das atividades, à administração e aos órgãos de governança da companhia.





## Sistema de Gestão

- 📌 Composto pelo Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Risco e Programa de Integridade.
- 📌 A Gerência da Rotina estabelece uma reunião de análise crítica mensal com a alta administração e a Diretoria Executiva, para acompanhamento dos indicadores de desempenho, do plano de contratações e do andamento da implantação dos processos e procedimentos na empresa.
- 📌 Processos e procedimentos padronizados.

## Gerenciamento de Riscos

-  O gerenciamento de riscos é monitorado pela equipe de Planejamento Estratégico da empresa.
-  Um grupo de trabalho multidisciplinar é instituído anualmente, para elaborar o Ciclo de Gerenciamento de Riscos.
-  Os diretores participam das etapas de validação do método, do cronograma, do entendimento do contexto, dos riscos priorizados e do plano de respostas, além da aprovação do Relatório Final de Gerenciamento de Riscos, que também é aprovado pelo Conselho de Administração.
-  As ações do Plano de Ação para Tratamento dos Riscos são monitoradas mensalmente pelo Planejamento Estratégico; e um status é apresentado aos diretores, trimestralmente.
-  O Comitê de Auditoria Estatutário acompanha, no mínimo trimestralmente, o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração e gerenciamento da matriz de riscos, analisando as reclassificações feitas e sugerindo melhorias.

## Acompanhamento do Planejamento Estratégico

-  O Planejamento Estratégico (PE) é quinquenal e prevê um ciclo anual de revisão.
-  Em cada ciclo, são definidas iniciativas estratégicas, com planos de trabalho associados.
-  O plano é construído de forma colaborativa em seminários de análise de cenários e grupos focais, contando com a participação do corpo gerencial e coordenado pela Assessoria de Planejamento Estratégico.
-  O plano é acompanhado mensalmente, por meio de uma reunião de análise crítica junto à Diretoria Executiva e coordenadores das iniciativas.
-  O Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração fazem acompanhamento mensal do tema. O Conselho Fiscal acompanha a cada trimestre.

## Controle contábil financeiro e orçamentário

-  A Gerência de Controle e Finanças é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros e controles contábeis e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis.
-  As transações são transparentes, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa.
-  As demonstrações são auditadas trimestralmente e anualmente, por auditores externos independentes, supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.
-  Os procedimentos de contratação de bens e serviços são realizados por meio dos preceitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pela nossa administração. Cada contrato possui um gestor, que aprova os pagamentos para a Gerência de Controle e Finanças para fins de pagamento. Esta, por sua vez, demanda tripla aprovação para todas as operações financeiras, como forma de prevenir irregularidades.
-  Mensalmente, o Relatório de Gestão Contábil Financeira e Orçamentária é apreciado pela Diretoria Executiva, previamente ao envio para o Conselho Fiscal.

 O Conselho Fiscal acompanha o fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data, e o fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade dos recursos financeiros ao longo do tempo.

 O Comitê de Auditoria acompanha o controle contábil e recomendou à PPSA a adoção de uma Política de Hedge para proteger a empresa de eventual exposição de variação cambial. O assunto está em estudos.

## Auditoria interna

-  Atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, orientada por uma filosofia de agregação de valor para melhorar as operações da organização.
-  Auxilia a empresa a alcançar seus objetivos institucionais, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.
-  Trabalha para fortalecer e assessorar a gestão, bem como para desenvolver ações preventivas e prestar apoio, contribuindo para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração.
-  A unidade está subordinada ao Conselho de Administração, com o objetivo de proporcionar um posicionamento suficientemente elevado na hierarquia, que permita o desenvolvimento de suas atividades com mais autonomia e independência, de acordo com o § 3º, do art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.



A Política Anticorrupção reforça o compromisso da empresa em manter os mais elevados padrões de integridade, ética e governança nos negócios, estabelecendo claras diretrizes de combate à corrupção. A aplicação de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, é tratada em dois procedimentos: Gestão de Tratamento de Manifestações e Gestão de Apuração de Infração Disciplinar.

Para que o programa faça parte da cultura da empresa, nossa dinâmica tem sido, por meio de treinamentos periódicos, conscientizar, sensibilizar e qualificar toda a equipe da empresa quanto à prevenção, detecção, pronta interrupção e remediação de atos de fraude e corrupção. Em 2020, treinamos toda a força de trabalho sobre o tema assédio e todos os membros dos colegiados, em integridade. Em 2021, será iniciado um programa de educação a distância, com duração de 10 meses, por meio de videoaulas de curta duração sobre temas de integridade.

Iniciamos também um programa de comunicação, enviando alertas de integridade por e-mail para a equipe e criando uma seção especial na nossa newsletter interna *De Olho no Pré-Sal* sobre os diversos temas que compõem



**0800 900 8005**  
Canal de Denúncias  
**Pré-sal Petróleo**

o Programa de Integridade. A iniciativa reforça os preceitos do Código de Conduta e Integridade e da Política Anticorrupção.

Em outubro, criamos um Canal de Denúncias próprio para a comunicação sobre qualquer violação ao Programa de Integridade da empresa. A disponibilidade de um canal exclusivo segue as melhores práticas do mercado. Não houve manifestações em 2020. Em paralelo, passamos a contar com uma Ouvidoria, unificando nosso atendimento pelo canal Fala.Br. Nossos canais são abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros.

A partir de novembro, a gestão do programa passou a ser conduzida pela Área de Integridade, composta por três empregados e um diretor.



**Acesse o Código de Conduta e Integridade**



**Acesse a Política Anticorrupção**

## Normativos do Programa de Integridade

### Aprovados:

Código de Conduta e Integridade (CCI)  
Política Anticorrupção (PAC)  
Procedimento de Gestão de Tratamento de Manifestações (PGTM)  
Procedimento de Gestão de Apuração de Infração Disciplinar (PGAID)  
Procedimento de Gestão de Treinamentos de Integridade (PGTI)  
Política de Transações com Partes Relacionadas (PTPR)

### Em revisão:

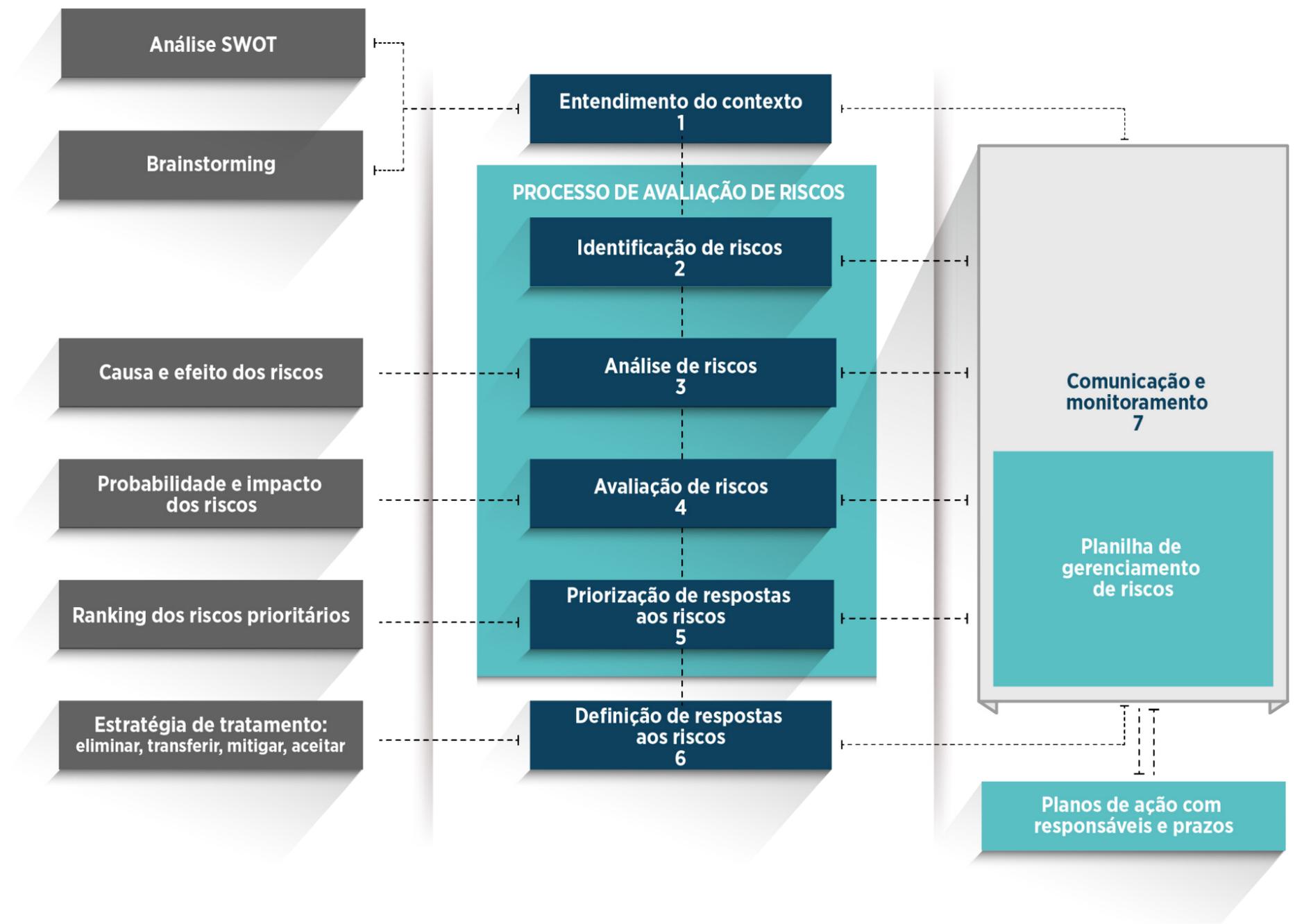
Procedimento de Gestão Anticorrupção (PAC)  
Procedimento de Gestão de Orientação do Investigador (PGOI)  
Procedimento de Gestão de Verificação de Integridade em Operações Societárias (PGVI-OS)  
Procedimento de Gestão da Comunicação de Integridade (PGCI)  
Procedimento de Gestão de Verificação de Integridade de Terceiros (PGVI-3)  
Procedimento de Gestão de Elaboração das Demonstrações Contábeis (PGDC)  
Procedimento de Gestão de Monitoramento do Programa de Integridade (PGMPI)

# RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

**Riscos e oportunidades  
Perspectivas do Plano Estratégico 2021-2025  
Estimativa de resultados nos contratos  
de partilha de produção**

# RISCOS E OPORTUNIDADES

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pela equipe de Planejamento Estratégico e vem sendo aprimorado ao longo dos anos. A nossa atuação frente aos riscos e a proatividade em mitigá-los visam à redução de implicações negativas para o modelo de negócio e para o desempenho futuro da empresa. O ciclo de gerenciamento de riscos, realizado anualmente e reportado trimestralmente, consiste nas sete etapas demonstradas na figura:



## Metodologia de trabalho

**Entendimento do contexto:** consideramos fatores externos e internos que afetam a nossa atividade, bem como a necessidade de cumprimento das nossas atribuições legais.

**Identificação de riscos:** levantamento dos principais riscos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos, e que podem impactar os objetivos estratégicos da empresa.

**Análise dos riscos:** identificamos suas causas e efeitos.

**Avaliação dos riscos:** para cada um dos riscos identificados, fazemos uma classificação quanto à sua probabilidade e ao seu impacto, resultando na exposição de cada risco, conforme mapeado na Matriz de Calor.

**Priorização de respostas aos riscos:** identificamos os riscos de mais severidade que precisam de tratamento.

**Definição de respostas aos riscos:** o plano de mitigação é criado e é acompanhado pelo processo de gerenciamento de riscos, com interface com o Planejamento Estratégico. As iniciativas estratégicas são formuladas a cada ciclo (considerando os riscos levantados) e abordam as ações de mitigação. Diante do que foi mapeado, verificamos quais as principais incertezas estão relacionadas aos temas materiais da empresa e trabalhamos para mitigá-las.

## Os riscos aos quais estamos expostos são classificados nos seguintes grupamentos:

**Riscos Legais:** decisão desfavorável em processos judiciais, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle.

**Risco Financeiro (de liquidez ou de crédito):** risco de não honrar seus compromissos em tempo hábil ou risco de não recebimento de seus créditos.

**Risco de Imagem:** desgaste do nome da instituição perante o mercado, a sociedade e as autoridades.

**Riscos Conjunturais:** mudanças verificadas nas condições políticas, sociais e econômicas do Brasil ou de outros países.

**Risco Operacional:** falhas, deficiências ou inadequações de processos internos envolvendo pessoas, sistemas e eventos, inclusive externos.

**Riscos de Integridade:** eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores e padrões preconizados pela empresa, e a realização de seus objetivos.

**Principais riscos e ações de mitigação:**

Riscos relacionados a:	Ação de mitigação
Estruturação da empresa.	Realização de processo seletivo público, políticas de retenção de recursos humanos, investimento em transformação digital e implantação da gestão do conhecimento.
Sustentabilidade financeira de longo prazo.	Definição de alternativas para remuneração da companhia.
Processo de comercialização do óleo e gás.	Adoção de alternativas ao processo de comercialização.
Integridade e segurança da informação.	Implantação do Programa de Integridade e promoção de investimentos em segurança da informação.

## Oportunidades

O processo de gerenciamento de riscos também identifica oportunidades para a empresa, ligadas à nossa finalidade de maximizar os resultados econômicos da União no pré-sal e ao nosso foco estratégico de contribuir com políticas públicas. Entre as oportunidades que podemos listar em 2020 estão:

- Fomentar a melhoria na concepção e na gestão dos projetos;
- Contribuir com estudos de viabilidade para disponibilização do gás natural;
- Contribuir para a celeridade da formalização dos acordos de coparticipação nos contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa;
- Contribuir com o MME, órgãos de controle e demais áreas do governo com informações relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás na área do pré-sal, informações relacionadas ao regime de partilha de produção e às atividades da PPSA;
- Contribuir com o aprimoramento dos contratos de partilha de produção dos volumes excedentes da cessão onerosa.

As principais oportunidades foram tratadas em iniciativas estratégicas no Plano Estratégico 2021-2025.

## PERSPECTIVAS DO PLANO ESTRATÉGICO 2021-2025

O Plano Estratégico 2021-2025 foi elaborado no último trimestre de 2020 e contou com o envolvimento direto da alta administração e demais gestores da empresa em todas as etapas de sua elaboração. O plano foi construído a partir das diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.304, no Decreto nº 8.063; e, também, como referência, nos contratos de partilha de produção para exploração da produção de petróleo e gás natural vigentes. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2020.

### Cenários considerados para a elaboração do Plano Estratégico 2021-2025:

Projeção de contratos provenientes do Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (Sépia e Atapu).
Possibilidade de ocorrência das 7ª e 8ª Rodadas de Partilha de Produção, a partir de 2021.
Atendimento à determinação do Acórdão nº 2548/2019 do TCU para identificar a existência de eventuais volumes excedentes em Sul de Lula, Sul e Norte de Berbigão, e Sul e Norte de Sururu.
Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos.
Identificação de alternativas para a logística da comercialização.
Identificação de potenciais mercados compradores do óleo da União.
Contratação de agente comercializador.
Representação da União crescente em acordos de individualização da produção.
Transformação digital da empresa.
Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais.
Sustentabilidade financeira de longo prazo.
Processos ágeis e eficientes.
Melhoria contínua da transparência e da comunicação.
Aderência às melhores práticas de governança e integridade.

O Planejamento Estratégico 2021-2025 conta com quatro diretrizes estratégicas, sendo as três primeiras mantidas do ciclo anterior e construídas em consonância com os macroprocessos da companhia. A ideia da quarta diretriz surgiu com o objetivo de “promover a gestão do conhecimento na PPSA para a continuidade da inteligência corporativa”.

O quadro a seguir demonstra as diretrizes e os seus objetivos estratégicos.

## Diretriz 1

Praticar todos os atos necessários à gestão dos CPPs, à gestão dos VECOs e à representação da União nos AIPs

- ⇒ Aprimorar a eficiência dos processos técnicos e de gestão da PPSA; e
- ⇒ Realizar todos os atos necessários que envolvem a participação da PPSA nos estudos relacionados aos VECOs.

## Diretriz 2

Implementar o processo de comercialização de petróleo e gás

- ⇒ Definir modelo de comercialização de petróleo;
- ⇒ Reduzir dependência de sistema DP de offloading;
- ⇒ Identificar novos modelos para a comercialização do gás natural; e
- ⇒ Estimar o valor dos petróleos da União.

## Diretriz 3

Desenvolver a estruturação da empresa e promover a transformação digital

- ⇒ Estruturar a empresa quanto aos recursos humanos e financeiros
- ⇒ Implantar a transformação digital da Pré-Sal Petróleo;
- ⇒ Ampliar a comunicação da companhia junto aos públicos de interesse; e
- ⇒ Adequar a empresa às melhores práticas de integridade.

## Diretriz 4

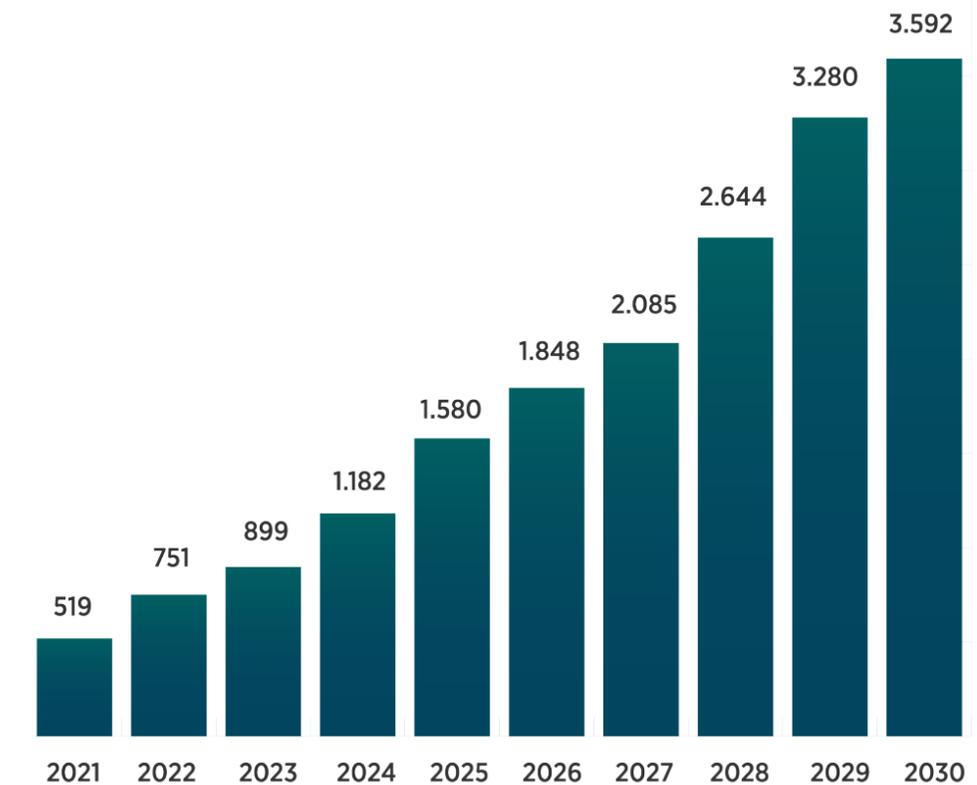
Promover a Gestão do Conhecimento na PPSA para a continuidade da inteligência corporativa

- ⇒ Avaliar o cenário organizacional e gerar diagnóstico do conhecimento da empresa;
- ⇒ Definir um plano da implantação da gestão do conhecimento;
- ⇒ Iniciar a disseminação da cultura da gestão do conhecimento na companhia.

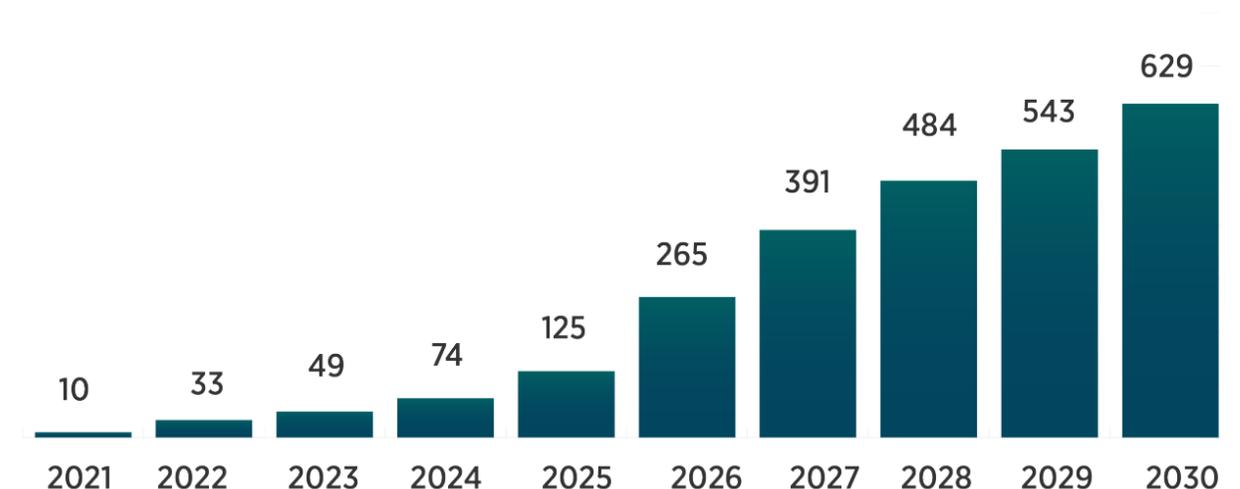
## ESTIMATIVA DE RESULTADOS NOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

O estudo *Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção*, elaborado pela nossa área de Planejamento Estratégico em novembro de 2020, projetou uma produção crescente ao longo da próxima década para os 17 contratos sob nossa gestão, com ascensão significativa a partir de 2025. Em 2030, a produção diária, somente em regime de partilha de produção, deverá atingir 3,6 milhões de barris por dia. Para fins de comparação, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estima que a produção total de petróleo no país será de 5,26 milhões de barris por dia, ao fim da década. Dessa forma, os contratos em partilha de produção representarão cerca de 2/3 da produção total. A produção estimada de petróleo da União também apresenta maior crescimento a partir da segunda metade da década. Em 2030, a União deverá ter uma produção de 629 mil barris de óleo por dia. Ao longo da década, a produção acumulada da União será de aproximadamente 1 bilhão de barris.

Óleo em regime de partilha de produção (mil barris/dia)



Excedente em óleo (mil barris/dia)

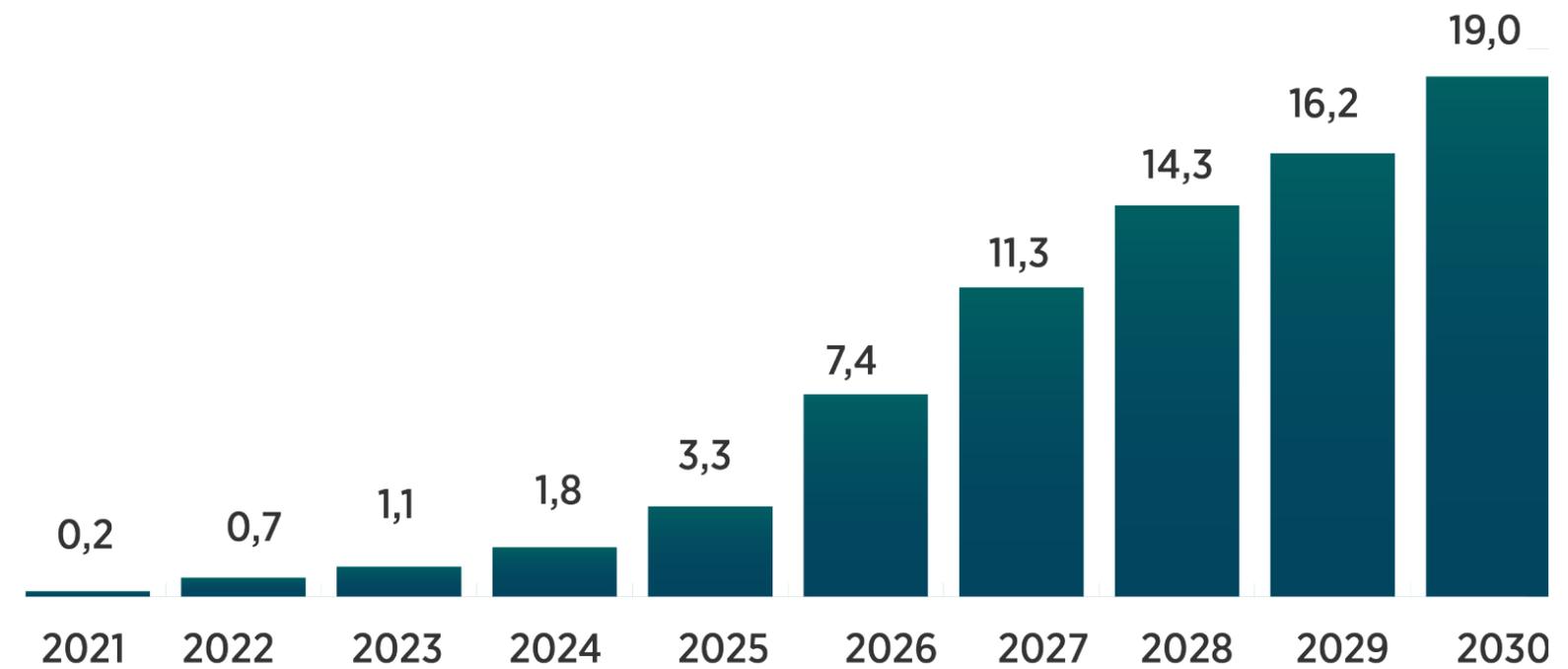


## Receitas para a União

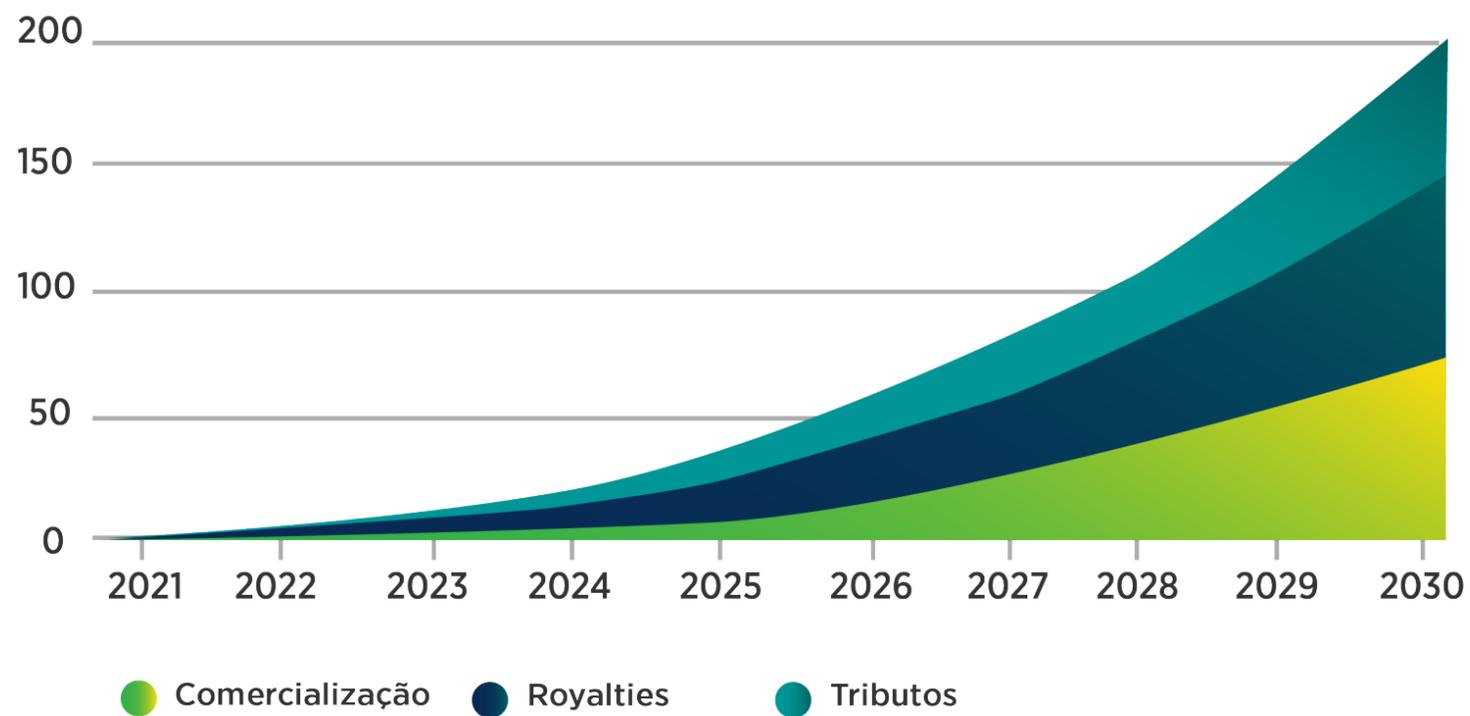
Considerando o óleo lucro estimado para o período nos 17 contratos, a receita projetada para a União, na próxima década, é de US\$ 75,3 bilhões, sendo cerca de 80% concentrados nos últimos quatro anos. Apenas em 2030, estimamos arrecadar US\$ 19 bilhões para a União com a comercialização da parcela do excedente em óleo destinado à União.

A produção crescente trará retorno expressivo ao Governo Federal, estados e municípios. Considerando a receita estimada com a comercialização do óleo da União, os *royalties* advindos da produção em regime de partilha de produção e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras, o total de recursos para os cofres públicos poderá alcançar cerca de US\$ 204,4 bilhões, no período 2021-2030.

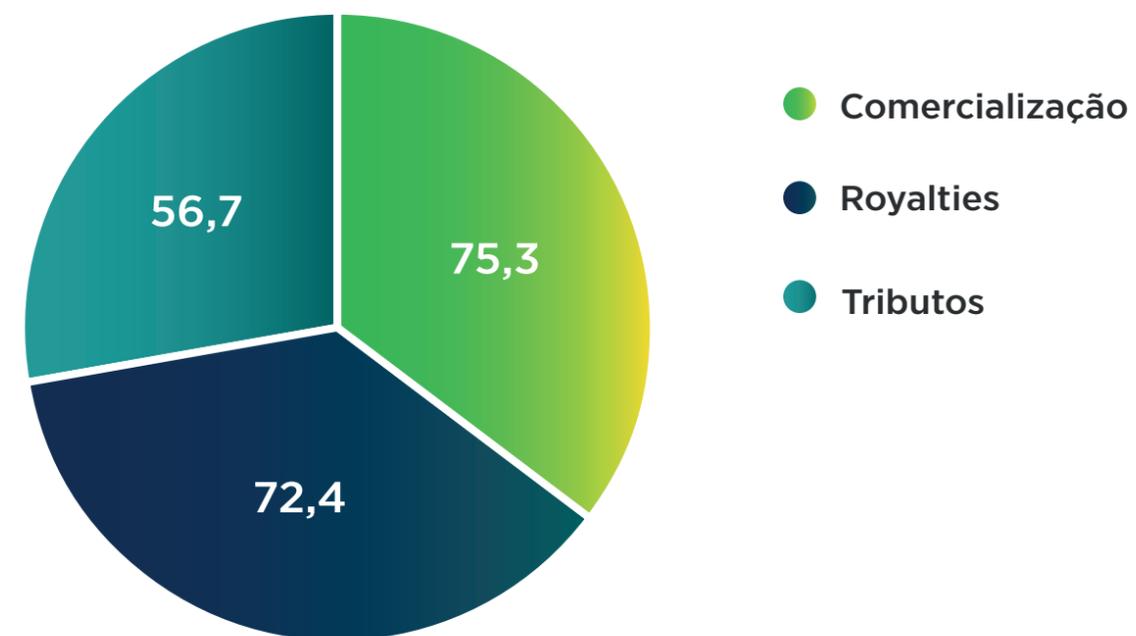
Receita em comercialização (US\$ bilhão)



Receita da União acumulada (US\$ bilhão)



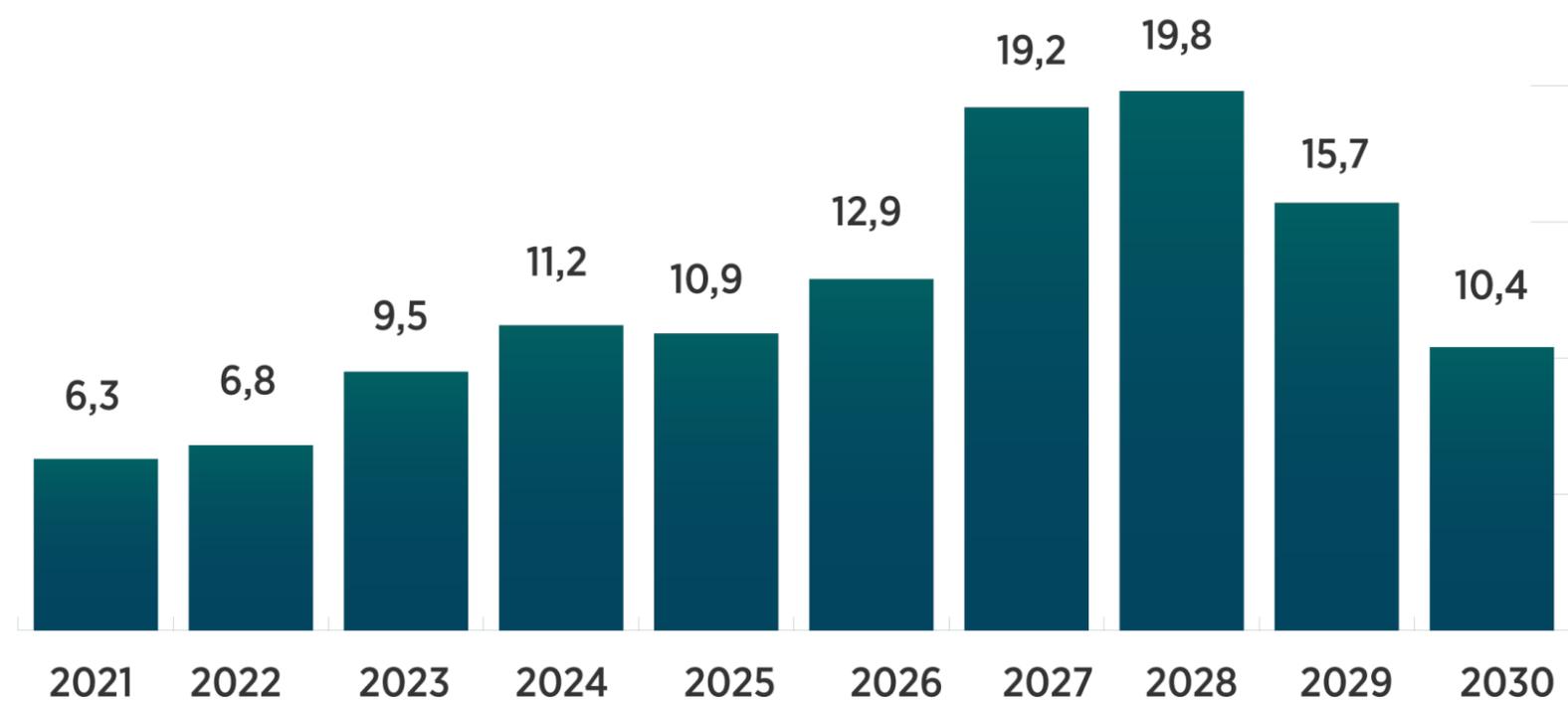
Receita acumulada (US\$ bilhão) 2021-2030



## Investimentos

Para desenvolver os 17 contratos de partilha de produção, serão necessários investimentos de US\$ 122,7 bilhões entre 2021 e 2030, com pico de dispêndio em 2028, quando entram em produção seis FPSOs.

### Investimento (US\$ bilhão)



[Acesse o estudo completo](#)

# RESULTADOS DA GESTÃO

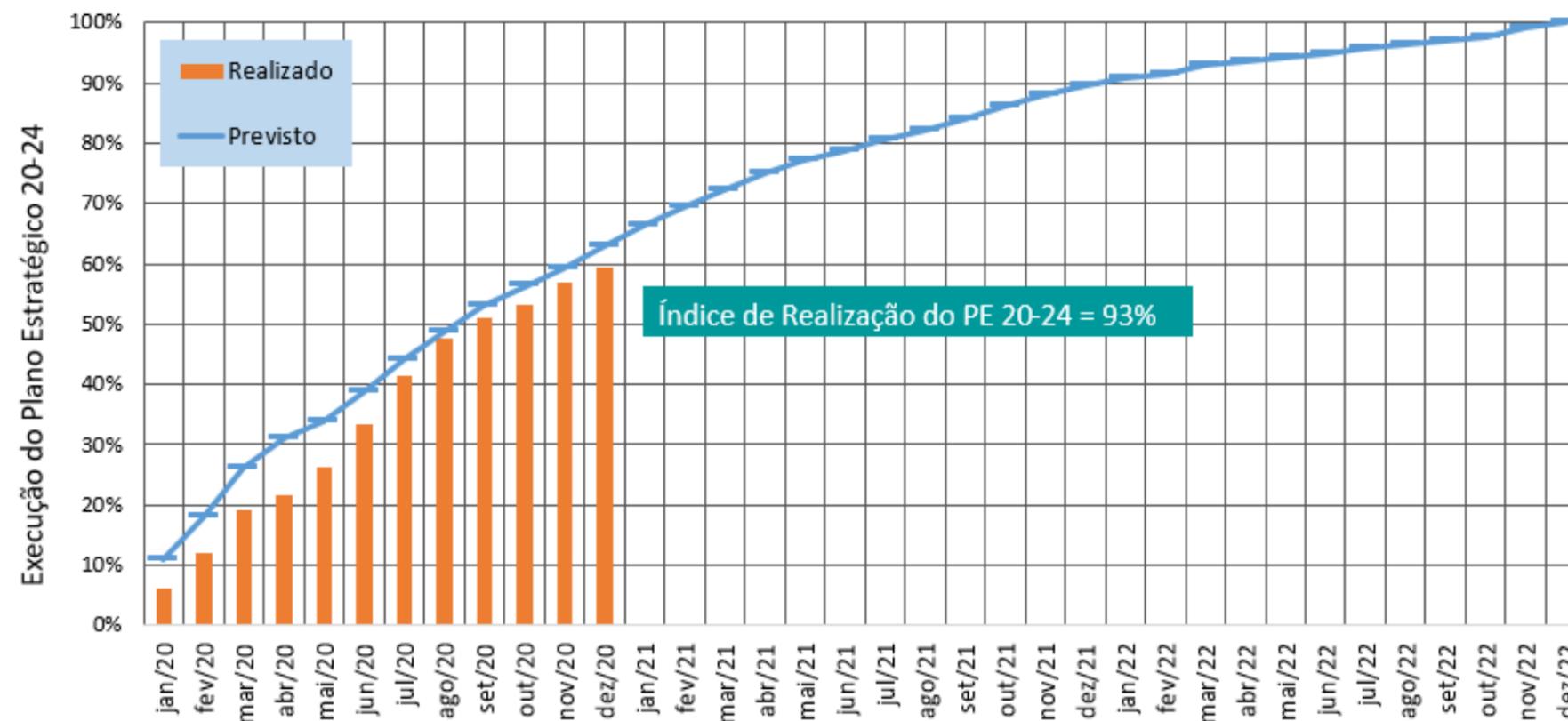


**Resultados do Plano Estratégico 2020-2024**  
**Contratos de partilha de produção**  
**Acordos de individualização de produção**  
**Comercialização de petróleo e gás natural**  
**Transformação digital**  
**Gestão de licitações e contratos**

# RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024

O resultado alcançado pela companhia em 2020 é consequência direta das ações realizadas no âmbito das iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico 2020-2024. Fazemos um acompanhamento rígido das iniciativas em curso, contando com um mecanismo de governança constituído de um patrocinador, de responsáveis pelas diretrizes estratégicas, de um coordenador-executivo e de coordenadores de cada iniciativa estratégica.

A implantação do plano é avaliada mensalmente na Reunião de Análise Crítica (RAC) do Planejamento Estratégico, com a presença da direção e alta gerência da companhia e análise da curva de evolução. Nesta oportunidade, são apresentados os índices de execução previstos e realizados, como indicado na figura a seguir:



### Acompanhamento físico da implantação das iniciativas estratégicas:

Resultado de 2020 do Índice de Realização do PE 20-24: 93%.

O critério de avaliação de desempenho é baseado na verificação do cumprimento trimestral da implantação do Plano Estratégico. Para tanto, é estabelecida uma regra de pontuação que reflita seu grau de atingimento. O resultado é acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração. Cada uma das iniciativas estratégicas recebe uma pontuação quando de sua avaliação. A pontuação de cada diretriz estratégica é a média ponderada das pontuações das iniciativas que constituem a diretriz. Finalmente, a pontuação final de desempenho será a média aritmética do conjunto de diretrizes:

Meta	Avaliação
TC	Totalmente cumprida (>90%) = 1,0
PCs	Parcialmente cumprida superior (75 a 90%) = 0,8
PCi	Parcialmente cumprida inferior (60 a 75%) = 0,6
NC	Não cumprida (<60%) = 0,0

		mar	jun	set	dez
		TR11	TR2T	R3	TR4
Diretriz 1 DGC	% realização	86%	80%	97%	100%
	Metas	PCs	PCs	TC	TC
Diretriz 2 DTF/DAF	% realização	100%	95%	95%	95%
	Metas	TC	TC	TC	TC
Diretriz 3 DAF	% realização	80%	93%	93%	83%
	Metas	PCs	TC	TC	PCs
Total	% Índice de realização corporativo	89%	89%	89%	93%

Em dezembro de 2020, atingimos o índice de realização de 93% das iniciativas estratégicas, cumprindo com a meta traçada inicialmente e terminando seis das 22 previstas para o ano. As demais foram replanejadas e fazem parte do PE 2021-2025.

#### Quadro das iniciativas estratégicas e seu percentual de realização no ano de 2020

Iniciativas estratégicas	IR 2020 %realizado/ %previsto
• 1.1.1 - Revisão dos Procedimentos de CPP	100%
• 1.1.2 - Revisão dos Procedimentos AIP	100%
• 1.1.3 - Revisão do Procedimento de Determinação (PP.DGC.007/2017) e construção do Procedimento da Execução da Apuração dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa	100%
• 1.2.1 - Realizar ações cabíveis à PPSA para permitir a assinatura dos ACP de Búzios até setembro de 2021	106%
• 1.2.2 - Realizar ações cabíveis à PPSA para permitir a assinatura dos ACP de Itaipu até setembro de 2021	94%
• 1.3.1 - Atender à determinação do Acórdão nº 2430/2019 do TCU para Sépia	100%
• 1.3.2 - Atender à determinação do Acórdão nº 2430/2019 do TCU para Atapu	100%
• 2.1.1 - Contratar agente comercializador	87%
• 2.1.2 - Construir alternativa de leilão por meio de plataforma eletrônica	-
• 2.1.3 - Construir alternativa de venda de spot direta a parceiros de cada bloco	-
• 2.1.4 - Construir alternativa de contratação de transporte	-
• 2.2.1 - Estudar novas tecnologias para offloading	100%
• 2.3.1 - Estudar alternativas de comercialização do gás natural de acordo com a legislação sobre o "novo mercado de gás"	100%
• 2.4.1 - Monitorar as operações, os custos e os preços de venda de petróleo	100%
• 3.1.1 - Adequar a força de trabalho da PPSA	85%
• 3.1.2 - Implantar políticas de RH	71%
• 3.1.3 - Revisar parâmetros e metodologia de medição do contrato de remuneração da PPSA	75%
• 3.2.1 - Implantar a gestão documental	81%
• 3.2.2 - Implantar o Analytics (análise de dados, Business Intelligence)	-
• 3.2.3 - Implantar ERP (Sistema Integrado de Gestão, Enterprise Resource Planning)	-
• 3.3.1 - Implementar programas de relacionamento com públicos de interesse (pesquisa, matriz de engajamento)	100%
• 3.4.1 - Implantar Programa de Integridade da empresa	91%



## CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Para cumprir nossa atribuição de gerir os 17 contratos de partilha de produção atualmente em vigor no Polígono do Pré-Sal, contamos com um time de sete gerentes-executivos, que trabalham junto aos operadores, apoiados por nossas equipes de geólogos, geofísicos, petrofísicos e engenheiros, entre outras especialidades. Esses profissionais estão lotados nas superintendências de Reservatório, Exploração e Desenvolvimento e Produção. As equipes respondem, respectivamente, ao diretor de Gestão de Contratos e ao diretor-técnico. Todo o trabalho é apoiado pela Consultoria Jurídica.

Em cumprimento às obrigações legais da companhia, temos a função de monitorar e auditar a execução dos projetos nas fases de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, presidindo o Comitê Operacional dos diversos consórcios. Também monitoramos e auditamos os gastos com custeio e investimento, que são passíveis de recuperação como custo em óleo pelos contratados. Exigimos, ainda, o cumprimento das obrigações contratuais de conteúdo local na exploração e produção das jazidas petrolíferas. Prestamos, por fim, as informações necessárias para que a ANP exerça suas funções regulatórias. A execução dessas atividades está mais bem detalhada no capítulo *Cadeia de valor* deste relatório, item *Macroprocesso gestão dos contratos de partilha de produção*.

Como gestora, a PPSA é membro do consórcio, com posição jurídica similar à dos demais consorciados e detém 50% dos votos no Comitê Operacional. Seu papel não se confunde com o da ANP, conforme demonstrado neste quadro:

ANP	PPSA
Órgão regulador e fiscalizador. Posição jurídica acima dos consorciados.	Membro do consórcio. Assume papel de parceira e gestora. Posição jurídica similar à dos demais consorciados.
Tem acesso aos dados e informações adquiridos e processados.	Tem acesso a todos os documentos necessários ao exercício do poder geral de gestão.
Instância final de aprovação dos Planos de Exploração, Avaliação, Desenvolvimento e Produção.	Participa da elaboração dos planos e os aprova no âmbito do Comitê Operacional.
Plano de Desenvolvimento: foco no fator de recuperação.	Plano de Desenvolvimento: foco no VPL.
Sem acesso à JOA e documentos complementares.	É parte dos documentos complementares, como JOA, RICO, AP, Lifting Agreement e Gas Sale Agreements.
Declaração de comercialidade: ato unilateral dos Consorciados. ANP aprova RFAD.	Eventualmente, efetua a declaração.
ANP como Gestora violaria ato jurídico perfeito.	NA
Aplica multa caso não cumprido o Conteúdo Local.	Exige o cumprimento do conteúdo local.

Fonte: David, Olavo Bentes. Papel ANP e PPSA. Apresentação de aula proferida na FGV, julho/2020.

Atuam na partilha cinco diferentes operadores (Petrobras, BP, Equinor, ExxonMobil e Shell) e 14 empresas consorciadas. O quadro apresenta os blocos divididos por operador e o percentual de excedente em óleo para a União, que varia de 10,01% a 80%.

RODADA	CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EOL	BÔNUS
Rodada 1	Libra	Petrobras	dez-13	41,65%	R\$ 15 bi
Rodada 2	Entorno de Sapinhoá	Petrobras	jan-18	80,00%	R\$ 3,3 bi
	Norte de Carcará	Equinor	jan-18	67,12%	
	Sul de Gato do Mato	Shell	jan-18	11,53%	
Rodada 3	Alto de Cabo Frio Central	Petrobras	jan-18	75,86%	R\$ 2,8 bi
	Alto de Cabo Frio Oeste	Shell	jan-18	22,87%	
	Peroba	Petrobras	jan-18	76,96%	
Rodada 4	Dois Irmãos	Petrobras	dez-18	16,43%	R\$ 3,1 bi
	Três Marias	Petrobras	dez-18	49,95%	
	Uirapuru	Petrobras	dez-18	75,49%	
Rodada 5	Saturno	Shell	dez-18	70,20%	R\$ 6,8 bi
	Pau-Brasil	BP	dez-18	63,79%	
	Titã	Exxon Mobil	dez-18	23,49%	
	Sudoeste de Tartaruga Verde	Petrobras	dez-18	10,01%	
Rodada 6	Aram	Petrobras	mar-20	29,96%	R\$ 5,05 bi
Rodada VECO	Búzios	Petrobras	mar-20	23,24%	R\$ 69,96 bi
	Itapu	Petrobras	mar-20	18,15%	

Na execução da nossa atividade de gestora dos contratos, geramos continuamente capital intelectual para a companhia. Vejamos alguns exemplos:

- Em 2019, adquirimos um parque de 18 *workstations* para construção de modelos de reservatórios, passando a elaborar novos modelos geológicos e de reservatórios para os contratos de partilha de produção sob nossa gestão, de forma a ampliar nosso conhecimento sobre essas áreas e suportar as decisões do Comitê Operacional. Em 2020, fomos além. Em iniciativa pioneira na América Latina, contratamos a solução Delfi da empresa Schlumberger, permitindo assim que parte da equipe técnica realizasse o armazenamento e o processamento remoto de dados dos reservatórios de petróleo e gás de forma virtual, segura, com alta capacidade de processamento e espaço. Também adquirimos quatro licenças do *software* T-Navigator, especializado em simulação numérica de reservatórios. Com isso, aumentamos nossa capacidade para elaborar modelagens dinâmicas de reservatórios (simulação de fluxos de hidrocarbonetos), fundamentais para determinação de participações em projetos.
- Criamos funcionalidades na nossa ferramenta de modelagem econômica para analisar a viabilidade dos projetos de E&P. A ferramenta nos permite avaliar e comparar alternativas de projetos em diferentes regimes, o que é importante para o caso das jazidas coparticipadas, como Búzios, Itapu e, futuramente, Sépia e Atapu.

- Utilizamos esses recursos para estudar e avaliar os reservatórios dos campos de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, incluindo a modelagem sísmica, geológica, de fluxo e econômica. Os recursos serão usados rotineiramente para gerenciar o desempenho dos campos e avaliar a viabilidade de novos projetos.

Conforme mencionado, representamos a União nas negociações com a Petrobras para determinar as participações dos contratos de partilha da produção e da cessão onerosa, bem como para o cálculo do valor da compensação devida à Petrobras cessionária nos campos de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu. No caso de Búzios, a negociação envolveu também as empresas chinesas parceiras (CNOOC e CNOOC). O conhecimento e experiência da PPSA em projetos *offshore* do pré-sal foram fundamentais para o sucesso das negociações.

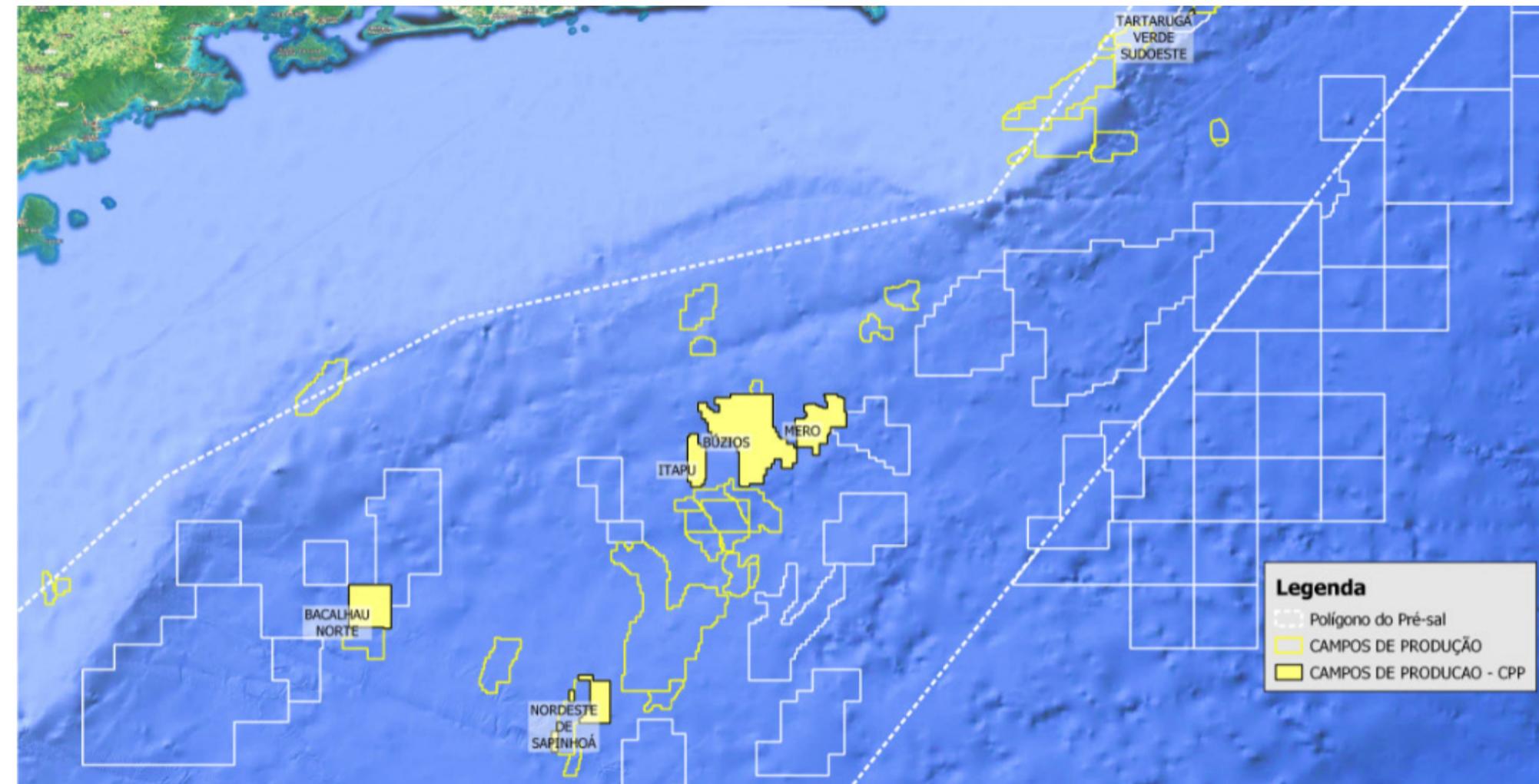
- Em 2020, também implantamos melhorias nos processos de governança dos contratos de partilha de produção. Esse é um conhecimento adquirido, com melhoria contínua. O mesmo ocorre com os contratos. Temos um processo permanente de evolução regulatória.
- Realizamos pela terceira vez o estudo *Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção*, gerando conhecimento sobre a produção esperada de petróleo e gás para a próxima década e as possibilidades de receita para os cofres públicos.

### Status dos contratos de partilha de produção

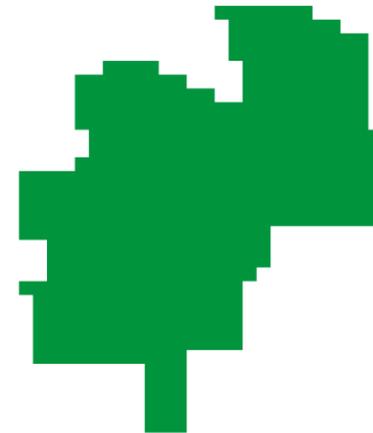
Dos 17 contratos sob nossa gestão, seis já possuem Declaração de Comercialidade e outros 11 estão em fase de exploração:

Com Declaração de Comercialidade	Em fase de exploração
Libra (Mero)	Sul de Gato do Mato
Entorno de Sapinhoá	Alto de Cabo Frio Central
Sudoeste de Tartaruga Verde	Alto de Cabo Frio Oeste
Norte de Carcará	Peroba
Búzios (Volume Excedente)	Dois Irmãos
Itapu (Volume Excedente)	Três Marias
	Uirapuru
	Saturno
	Pau-Brasil
	Titã
	Aram

### Contratos com Declaração de Comercialidade



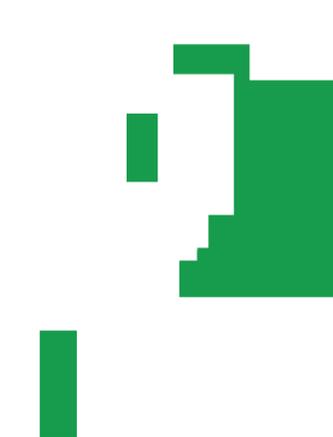
Os seis contratos com declaração de comercialidade – Libra (Mero), Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e Norte de Carcará – são oriundos de diferentes rodadas de licitação em regime de partilha de produção promovidas pela ANP. Os três primeiros já estão em produção, registrando uma média diária de 47 mil barris de petróleo, em dezembro de 2020. Já os volumes excedentes da cessão onerosa dos Campos de Búzios e Itapu foram arrematados, em novembro de 2019, na Rodada de Licitações do Volume Excedente da Cessão Onerosa. Nessa rodada, foram também ofertados os volumes excedentes nos Campo de Atapu e Sépia, porém não foram arrematados. Para que Búzios e Itapu iniciem a operação de forma coparticipada (contrato de partilha de produção convivendo com o contrato de cessão onerosa), faz-se necessária a assinatura de um Acordo de Coparticipação, que deve ser aprovado pela ANP. O acordo estabelecerá a participação de cada contrato e a compensação a ser paga à Petrobras cessionária pelos investimentos previamente realizados.



Acompanhe os principais destaques dos contratos com Declaração de Comercialidade:

#### Área de Desenvolvimento de Mero

- 📌 Obtida a aprovação da ANP para extensão da fase de exploração, até 28/02/2025, das áreas Central e Sudeste de Libra;
- 📌 Realizada a contratação de uma sonda para perfuração e completção na área de Mero 2 e dos sistemas submarinos do projeto de Mero 2;
- 📌 Dada continuidade ao processo de construção, na China, dos FPSOs de Mero 1 e de Mero 2; e
- 📌 Concluído o processo de licitação do FPSO de Mero 3 e encaminhado ao mercado o processo de licitação do FPSO de Mero 4.



### Entorno de Sapinhoá

- Adiada a perfuração do poço ADR NE SPH para o segundo trimestre de 2021;
- Concluído o 1º Aditivo ao Acordo de Gestão;
- Iniciado o procedimento de redeterminação; e
- Iniciada a negociação do Regimento Interno.



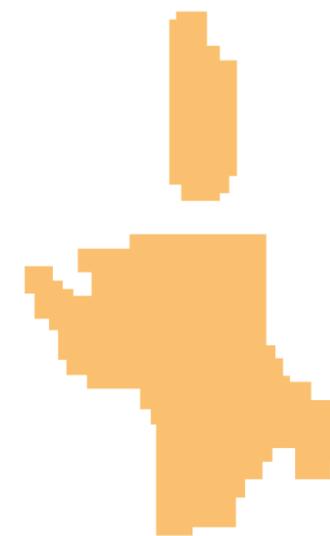
### Bacalhau Norte

- Concluído o Plano de Desenvolvimento;
- Iniciado o processo de unitização com Bacalhau; e
- Obtida a Declaração de Comercialidade em dezembro de 2020, criando as Áreas de Desenvolvimento de Bacalhau (BM-S-8) e Bacalhau Norte (Norte de Carcará).



### Sudoeste de Tartaruga Verde

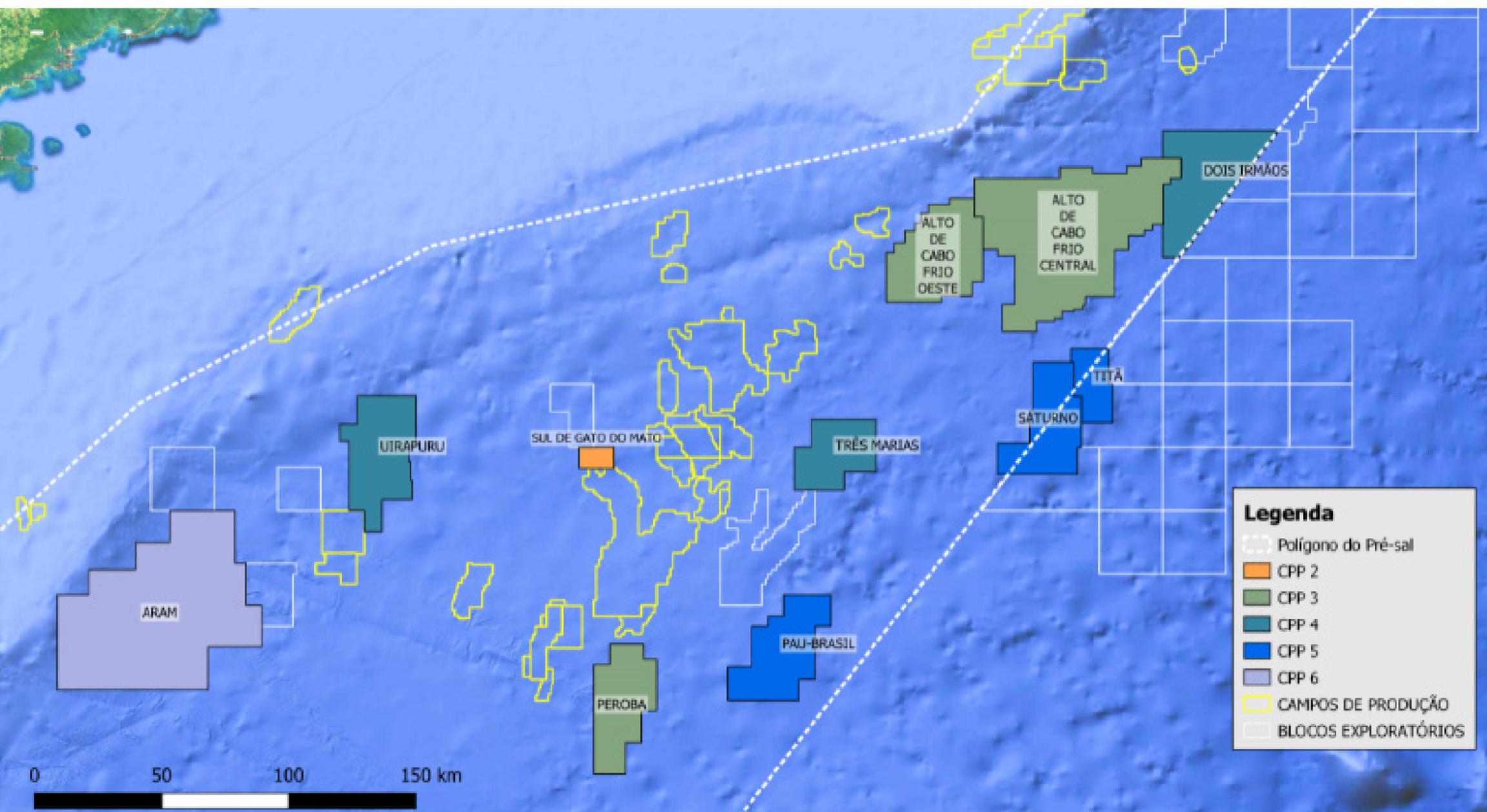
- Concluída a perfuração do prospecto Natator;
- Retomada a negociação do Acordo de Gestão da jazida compartilhada em função da entrada da Petronas no BM-C-36;
- Aprovados pela ANP os 1º e 2º Aditivos ao AIP de Tartaruga Verde em fevereiro; e
- Iniciado o planejamento para perfuração do prospecto Altochelis.



### Volume Excedente de Búzios e Itapu

- Assinados os contratos de partilha de produção no fim de março; Elaborados, em março, os Planos de Trabalho da PPSA para suportar a negociação dos Acordos de Coparticipação;
- Concluídas as avaliações técnicas e econômicas para suportar o cálculo das participações e compensação à cessionária, para o Campo de Búzios;
- Realizadas reuniões com a Petrobras sobre o plano de gerenciamento de gás em Búzios, planos de contratação, adesão aos contratos existentes, compartilhamento de contratos do operador, perfuração de poços de aquisição de dados de reservatório etc.;
- Concluída a elaboração dos seguintes documentos para Búzios: Avaliação dos Planos de Desenvolvimento Parcial e Global, Acordo de Coparticipação (ACP), Acordo de Gestão e Acordo de Individualização da Produção (AIP). O ACP, AIP e planos de desenvolvimento serão enviados à ANP em 2021;
- Realizado o alinhamento, entre a PPSA e a Petrobras, das minutas do Acordo de Coparticipação (ACP) e do Acordo de Gestão (AG) para Itapu, bem como a avaliação dos capítulos que irão compor o Plano de Desenvolvimento Global a ser submetido à ANP em conjunto com o ACP.

### Contratos em fase de exploração:



Na fase de Exploração, os consórcios desenvolvem atividades geológicas e geofísicas, buscando descobrir jazidas de petróleo e avaliam como será realizada a sua extração e produção. A PPSA acompanha todas as etapas, aprovando os planos das operadoras, participando de decisões técnicas e autorizando investimentos. Caso as empresas avaliem que o bloco não possui viabilidade econômica, o mesmo pode ser devolvido para a União.

**Principais destaques dos projetos em fase de exploração:****Sul de Gato do Mato**

-  Aprovada a entrada da Ecopetrol no consórcio, com 30% de participação;
-  Aprovados o Pré-AIP e o Acordo de Governança da jazida compartilhada de Gato do Mato;
-  Aprovado o Regimento Interno; e
-  Aprovada a extensão da fase de exploração.

**Alto de Cabo Frio Central, Dois Irmãos e Três Marias**

-  Aprovados os regimentos internos dos CPPs;
-  Suspensas as contratações no primeiro semestre e adiamento do início de perfuração do poço exploratório em função da Covid-19;
-  Contratadas as sondas de perfuração no segundo semestre; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho e Orçamento para 2021.

**Saturno**

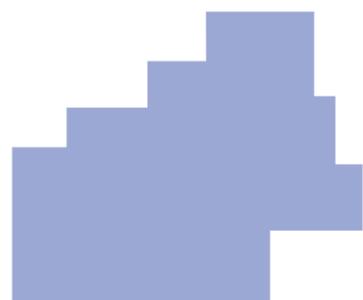
-  Aprovado o regimento interno dos CPPs;
-  Concluído o poço pioneiro sem resultado comercial; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho para 2021.

**Uirapuru**

-  Concluído o poço na localização Araucária Sul, em março de 2020. Uma descoberta foi notificada à ANP.

**Titã**

-  Aprovado o regimento interno do CPP;
-  Submetidas à aprovação dos consorciados diversas contratações de bens e serviços, com foco na perfuração do poço exploratório, previsto para o primeiro trimestre de 2021;
-  Contratada a sonda de perfuração; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho e Orçamento para 2021.



### Aram

- Assinado o Contrato de Partilha de Produção (Petrobras, 80%; e CNPC, 20%), em 30 de março de 2020;
- Realizada a primeira reunião do Comitê Operacional; e
- Aprovada a Estratégia Exploratória e de Suprimento, visando à perfuração de um poço pioneiro no fim de 2021.



### Peroba

- Dado prosseguimento aos estudos de geologia e reservatórios, buscando viabilizar o aproveitamento da área, devido ao alto teor de CO2.



### Pau-Brasil

- Continuidade da avaliação de subsuperfície;
- Aprovado o Regimento Interno; e
- Em andamento, o licenciamento ambiental para três poços.



### Alto de Cabo Frio Oeste

- Avaliação dos resultados do prospecto Vidigal;
- Suspensão da perfuração dos dois poços contingentes;
- Análise de novas oportunidades exploratórias e de produção; e
- Aprovada a extensão da fase exploratória.

## Produção em regime de partilha no ano de 2020

A PPSA lançou, em abril de 2020, o Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, para informar à sociedade os volumes totais de petróleo e gás produzidos pelas Áreas de Desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde, bem como a participação da União nesses contratos. Os resultados mensais são disponibilizados para a imprensa e constam no site da companhia.

Em 2020, a produção total acumulada dos três contratos foi de 16,3 milhões de barris de petróleo e 89,7 milhões de metros cúbicos de gás natural disponíveis para comercialização. Desse total, a União teve direito a 2,9 milhões de barris de petróleo e 32,2 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Na produção de petróleo, a Área de Desenvolvimento de Mero foi a principal produtora no regime de partilha de produção, respondendo por 57% do total acumulado (9,3 milhões de barris). Em seguida, encontram-se os campos de Sudoeste de Tartaruga Verde (25% - ou 4,1 milhões de barris) e Entorno de

Sapinhoá (18% - ou 2,9 milhões de barris). Entorno de Sapinhoá registrou o maior excedente em óleo acumulado, com cerca de 55% do total (1,58 milhão de barris) e o maior excedente em gás natural disponível acumulado para ser comercializado pela União, com cerca de 99,6% do total (32,1 milhões de metros cúbicos).

Desde o início da produção do regime de partilha, em novembro de 2017, até dezembro de 2020, a União acumula uma produção de 7,7 milhões de barris de petróleo e 52,4 milhões de metros cúbicos de gás natural.



**3** contratos em produção: Área de desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste



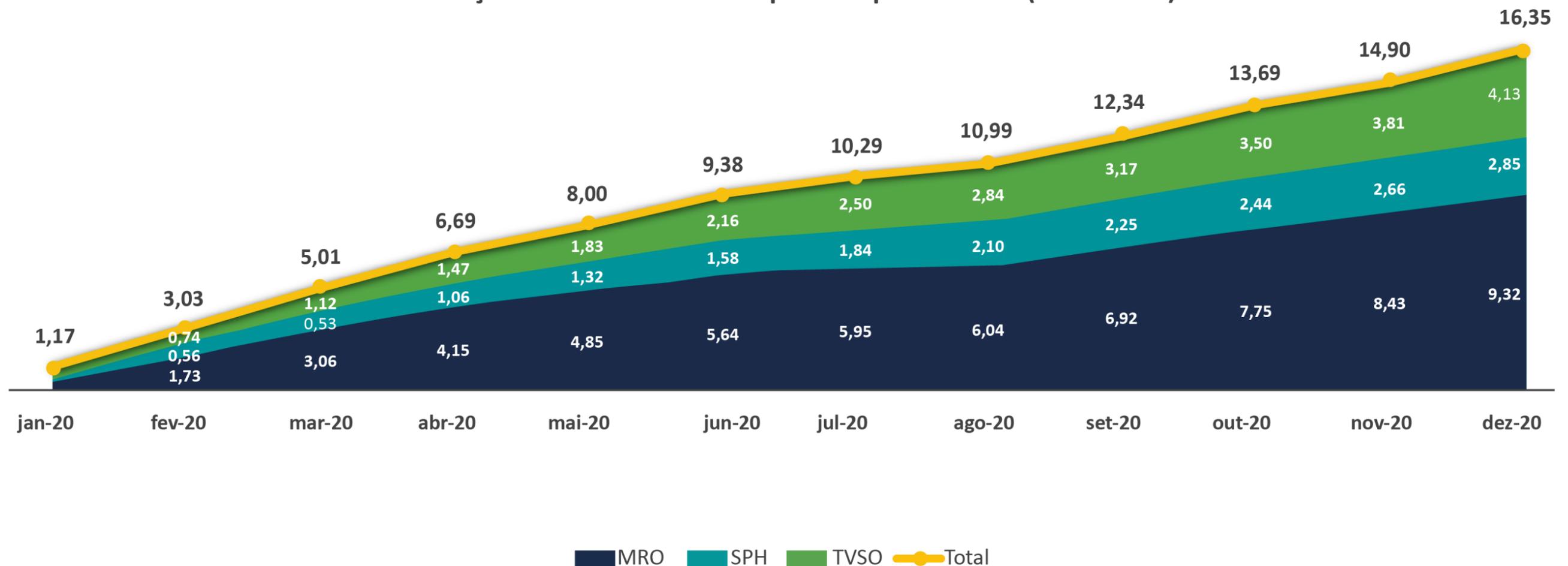
**4** FPSOs em produção: Pioneiro de Libra na Área de Desenvolvimento de Mero; Cidade de São Paulo e Cidade de Ilhabela no Entorno de Sapinhoá; e Cidade dos Campos dos Goytacazes em Tartaruga Verde Sudoeste.



**18** poços em produção: Área de Desenvolvimento de Mero (1), Entorno de Sapinhoá (13) e Tartaruga Verde Sudoeste (4).

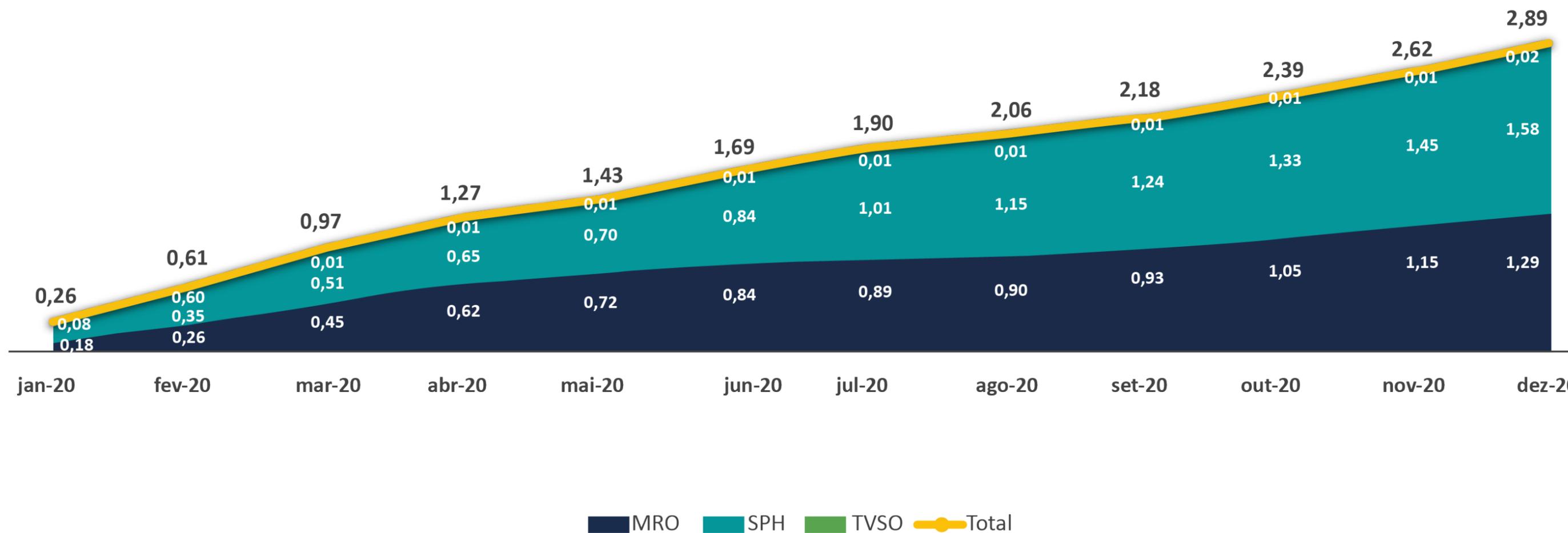
Produção total de óleo em 2020:

Produção Acumulada de Óleo por Campo dos CPPs (Milhão bbl)



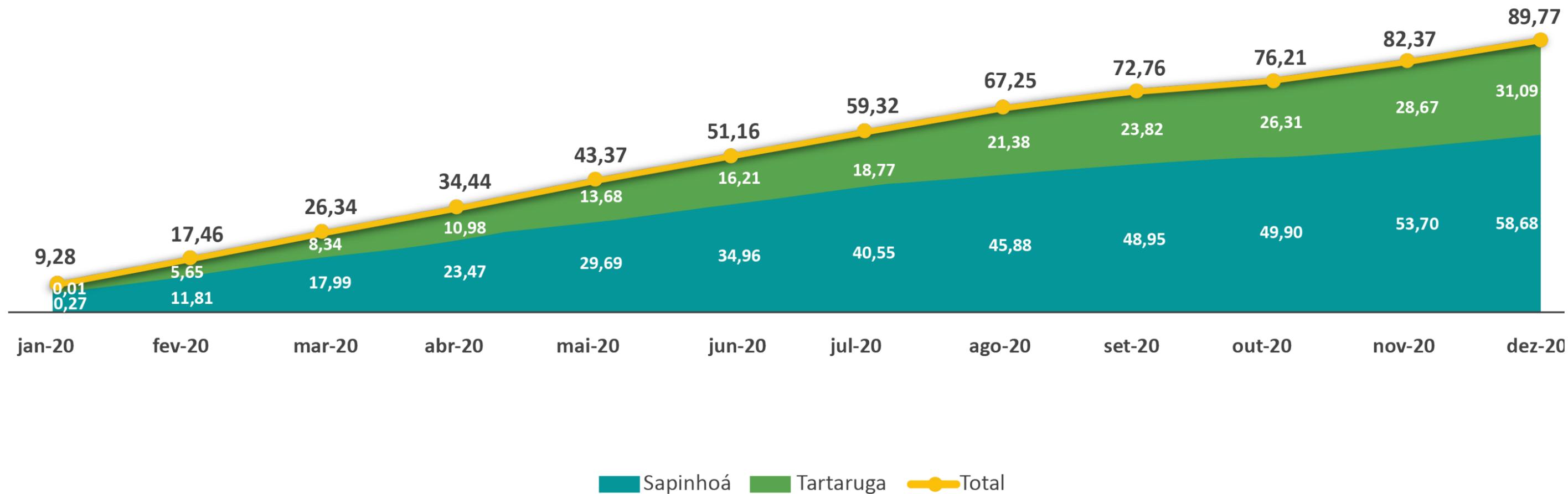
Excedente em óleo da União acumulado em 2020:

Excedente em óleo da União acumulado por Campo dos CPPs (Milhão bbl)



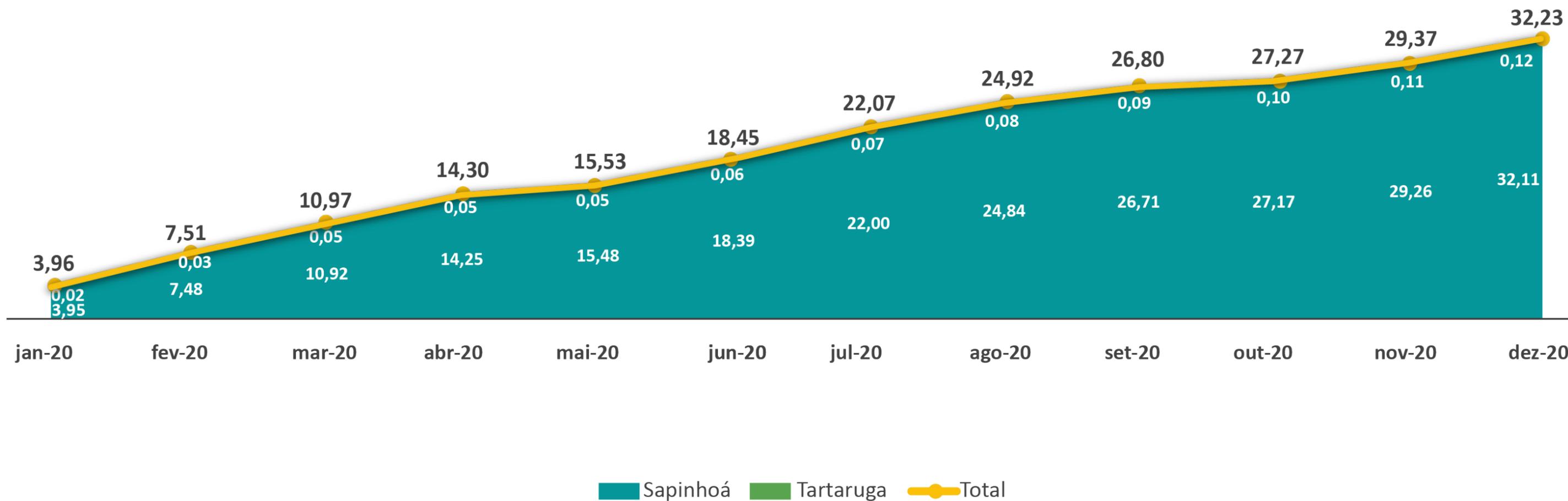
Produção total de gás natural em 2020:

## Produção Acumulada de Gás Natural Disponível para Comercialização (Milhões m3)



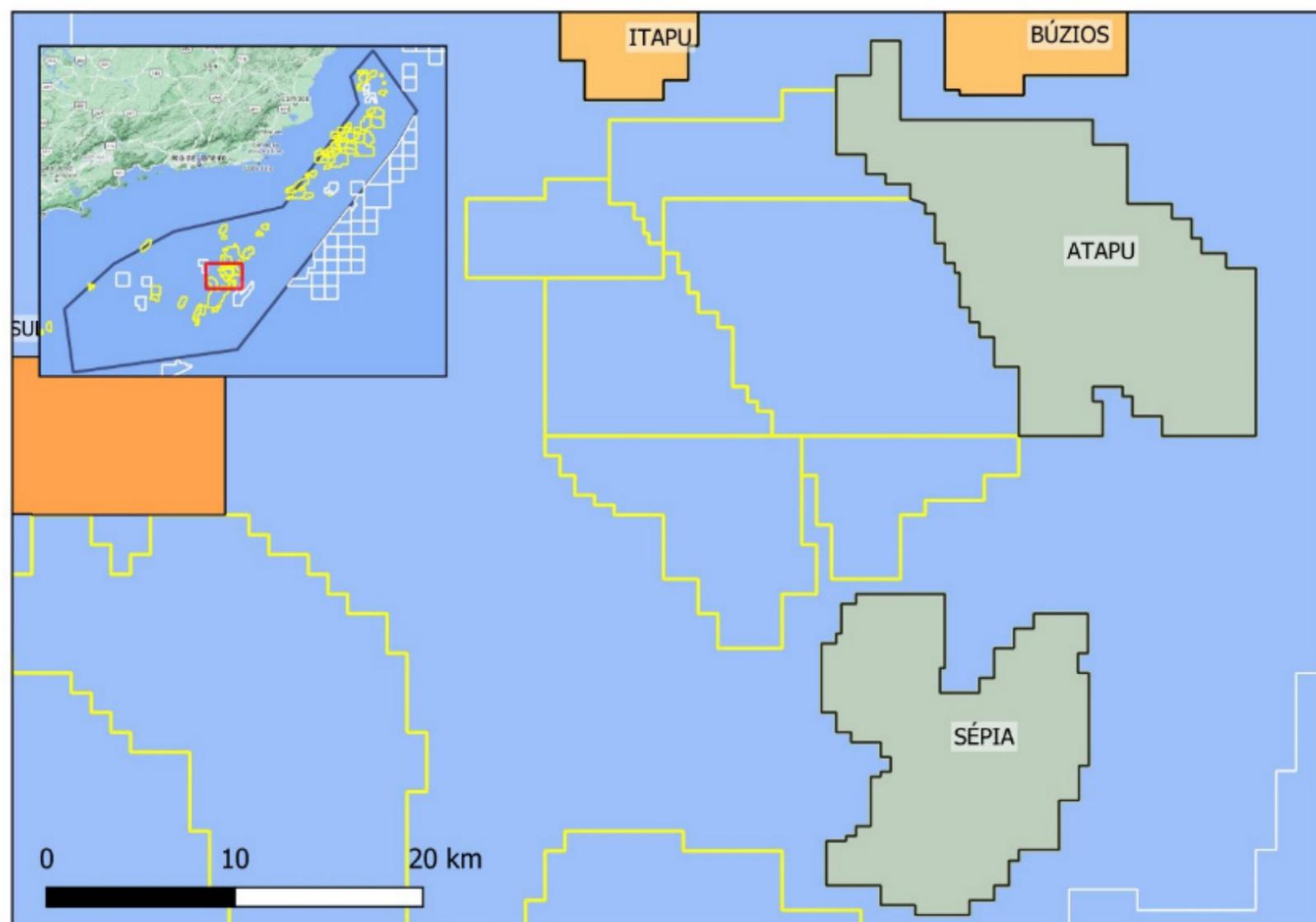
Excedente em gás natural acumulado para a União:

Excedente em Gás Natural Acumulado por Campo dos CPPs (Milhão m3)



 [Acesse os boletins mensais](#)

## Representação da União para estudo das áreas de Atapu e Sépia



Os volumes excedentes da cessão onerosa de Atapu e Sépia foram ofertados no leilão de novembro de 2019, mas não foram arrematados. O modelo do leilão previa que a negociação com a Petrobras, quanto às participações recíprocas, e a compensação pela aquisição parcial dos ativos existentes nas áreas só ocorreriam após o resultado do leilão.

Em fevereiro de 2020, seguindo os procedimentos previstos na Portaria MME nº 23/2020, iniciamos o trabalho de avaliação técnica das jazidas de Atapu e Sépia, atendendo, concomitantemente, à decisão do TCU exarada no Acórdão 2.430/2019 – Plenário. Em setembro de 2020, encaminhamos à ANP nosso relatório técnico, com destaque para a modelagem de reservatórios desenvolvida por uma equipe de geólogos, geofísicos e engenheiros, utilizando softwares especializados e de última geração. Com o relatório, foram submetidas à aprovação do órgão regulador as participações previamente acordadas entre a PPSA e a Petrobras.

Ato contínuo, a ANP iniciou a avaliação da fundamentação técnica apresentada, analisando o conteúdo do relatório, a consistência dos dados e informações utilizadas, a adequabilidade do fluxo de trabalho executado, a estratégia de desenvolvimento global proposta, os modelos de simulação de fluxo utilizados e os resultados obtidos. Esse processo culminou com a aprovação, em dezembro do mesmo ano, das participações acordadas, que servirão de base para o edital da 2ª Rodada de Licitação para a contratação dos volumes excedentes da cessão onerosa em regime de partilha de produção.

Ao longo do ano, a PPSA também realizou estudos econômicos para definir o valor da compensação financeira a ser paga à Petrobras, pelos futuros operadores dos blocos em regime de partilha de produção, pelos investimentos já realizados pela estatal nessas áreas. Os valores também constarão no novo edital.

## ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Até o momento, concluímos oito acordos de individualização da produção e trabalhamos em outros 12 potenciais. Um dos acordos foi concluído e submetido à ANP em 2020 - o AIP do pré-sal de Albacora (Forno).

A atuação das equipes na condução dos AIPs está subordinada à Diretoria de Gestão de Contratos.



## Participação da União nos acordos:

PROCESSO DE AIP	PARTICIPAÇÃO ACORDADA
Lula	0,551%
Sapinhoá	3,7%
Massa/Argonauta	7,6%
Atapu	0,95%
Brava/Marlim	2,34%
Mero	3,5%

## Principais destaques de 2020:

- Definida a necessidade de celebração de um AIP em Jubarte (Baleia-Azul e Pirambu);
- Assinado o Aditivo nº 1 ao Acordo de Gestão do AIP de Sapinhoá;
- Assinado e submetido à ANP, em novembro, o AIP do pré-sal de Albacora (Forno);
- Entregue à ANP o cronograma de submissão do AIP de Jubarte, previsto para 2021;
- Realizada a análise e consolidação do Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) e a Equalização de Gastos e Volumes (EGV) de Brava;
- Encaminhada para a fase final a negociação do AEGV do AIP de Mero;
- Aprovados o pré-AIP e o Acordo de Governança de Gato do Mato;
- Assinado o Acordo de Gestão e concluída a versão final do AEGV do AIP de Atapu;
- Iniciada a negociação do PAD conjunto de Sagitário; e
- Iniciada a produção no Campo de Atapu, por meio da P-70.

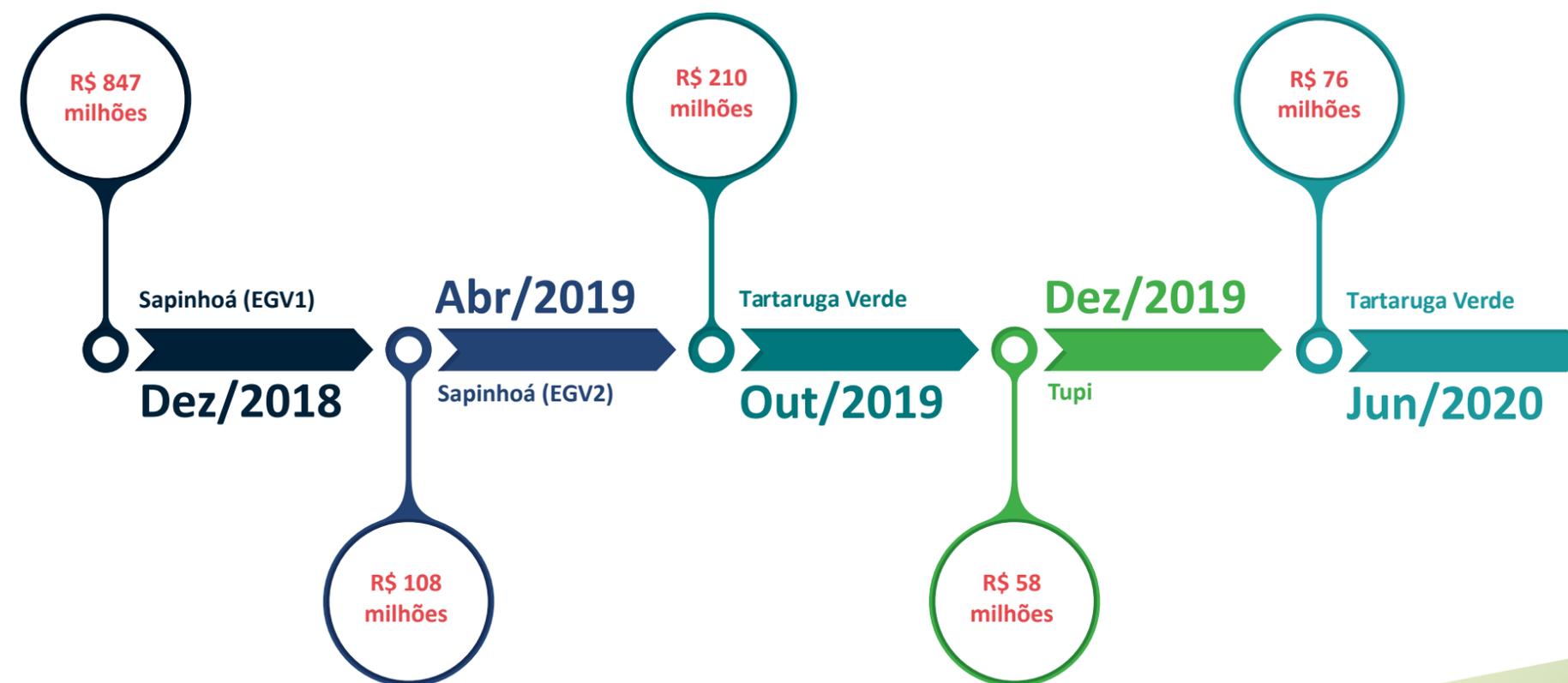
## Equalização de Gastos e Volumes

Caso a ANP autorize o início ou a continuidade da produção de uma jazida compartilhada antes mesmo de aprovar o AIP, todos os volumes produzidos serão apropriados pelos titulares das áreas sob contrato, que suportará também os custos incorridos. Tais volumes e gastos devem ser equalizados financeiramente com a PPSA. Ou seja, a parcela de produção da União na jazida compartilhada terá sido apropriada pelas demais partes, e os gastos não terão sido repartidos com a União; bem como será necessário fazer um ajuste financeiro após a entrada em vigor do AIP. Esse processo é conhecido como Equalização de Gastos e Volumes (EGV).

O cálculo da equalização considera, de maneira proporcional, a diferença entre os gastos incorridos para a produção da jazida e as receitas

decorrentes dos volumes de petróleo e gás natural, de cada parte. No caso da União, o ajuste considera o valor da receita decorrente da produção até aquele momento, descontados dos gastos realizados até a entrada em vigor do AIP, na proporção de sua participação.

Em 2020, fechamos com a Petrobras um EGV no valor de R\$ 76 milhões, referente à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, objeto do contrato de partilha de produção assinado em dezembro de 2018. Esse é o quinto EGV negociado pela PPSA, desde essa data. Essas operações já garantiram, até o momento, uma arrecadação de R\$ 1,3 bilhão para a União.



## COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Somos responsáveis pela comercialização de toda a parcela de óleo e gás natural de propriedade da União, à qual é destinada toda a receita. A Superintendência de Comercialização é a responsável pela gestão desse processo. A área está subordinada à diretoria de Administração, Finanças e Comercialização. No momento, estão sendo comercializadas as parcelas de petróleo da União provenientes dos contratos de partilha de produção de Entorno de Sapinhoá e Área de Desenvolvimento de Mero; e as parcelas de

gás dos contratos de Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e da participação da União na Jazida Compartilhada de Tupi.

Em 2020, a PPSA comercializou 2,87 milhões de barris de petróleo e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás natural. O indicador de cumprimento da comercialização de óleo (% volume comercializado/% volume previsto no ano) atingiu 137%.

**As tabelas exibem as cargas de petróleo e de gás natural comercializadas pela União que entraram como receita, em 2020:**

CARREGAMENTOS DO QUINHÃO DE ÓLEO DA UNIÃO COMERCIALIZADOS EM LEILÃO (RECEITA EM 2020)				
Mês Carregamento	Mês receita (caixa)	Quantidade de barris	Área / Campo	Comprador
Dezembro/2019	Janeiro/2020	627 093	Entorno de Sapinhoá	Petrobras
Fevereiro/2020	Março/2020	503 289	Mero	Petrobras
Junho/2020	Julho/2020	505 361	Mero	Petrobras
Julho/2020	Agosto/2020	857 578	Entorno de Sapinhoá	Petrobras
Novembro/2020	Dezembro/2020	377 388	Entorno de Sapinhoá	Petrobras

### Volumes de gás natural da União comercializados com receitas em 2020

Mês receita (caixa)	Volume (m <sup>3</sup> )	Área/Campo	Comprador
Janeiro/2020	1.716.294	Entorno de Sapinhoá/Tupi	Petrobras
Fevereiro/2020	2.232.038	Entorno de Sapinhoá/Tupi	Petrobras
Março/2020	3.625.239	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Abril/2020	4.948.215	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Maio/2020	5.462.257	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Junho/2020	4.109.050	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Julho/2020	3.788.666	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Agosto/2020	1.041.857	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Setembro/2020	3.096.589	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Outubro/2020	3.447.313	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Novembro/2020	2.090.378	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
Dezembro/2020	2.242.497	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras

## Agente comercializador

Embora, até o momento, a empresa tenha comercializado diretamente todos os volumes de petróleo e gás de propriedade da União, decidimos licitar, para os próximos cinco anos, a contratação de um agente comercializador da produção de petróleo da União na Área Individualizada de Tupi. Em dezembro último, disponibilizamos, para consulta pública, o pré-edital de licitação para essa contratação, prevista para o primeiro semestre de 2021.

Por esse contrato pioneiro, o agente comercializador de Tupi será responsável, durante um período de cinco anos, por todo o processo de comercialização, incluindo a identificação do comprador, o carregamento no FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), o transporte até o ponto de transbordo ou entrega por cabotagem, o eventual transporte de longo curso e a contratação de seguros, a inspeção independente e a operação de proteção de preço de petróleo (*hedge*).

### Base legal

A PPSA, por força da Lei nº 12.304 /2010, complementada pela nova redação dada pela Lei 13.679/2018, detém a competência de realizar as atividades de gestão dos contratos para comercialização de óleo e de gás natural da União, oriundos dos contratos de partilha e dos acordos de individualização da produção na área do pré-sal. A contratação de um agente comercializador tem previsão legal e é também contemplada pela Política de Comercialização vigente, publicada pela Resolução nº 15/2018 do CNPE. A licitação para o agente comercializador será regida por edital específico, pela Política de Comercialização, pela Lei nº 13.303/2016 e demais documentos legais vigentes.

# TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Promover a transformação digital e aumentar a agilidade dos processos internos é uma das quatro diretrizes do nosso Plano Estratégico. Em 2020, finalizamos o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Partilha da Produção (SGPP), projeto iniciado em 2018 para acompanhar todas as etapas dos contratos de partilha de produção. Com o SGPP, passamos a ter o fluxo de trabalho automatizado, reduzindo erros e facilitando tomadas de decisão. Entre os principais benefícios registrados estão a governança dos processos, a eficiência operacional, a visibilidade integral da operação e a agilidade para o negócio. O SGPP também auxilia na realização de acordos de individualização da produção e na gestão da comercialização do petróleo e gás da União. Pelo sistema, a PPSA consegue simular as cargas da União previstas para cada contrato, com antecedência de até um ano.

Nossa jornada digital também inclui o investimento em tecnologias para melhoria do trabalho da equipe técnica. Em 2020, investimos na contratação e migração de alguns dados técnicos de E&P para a solução Delfi, permitindo, aos nossos profissionais, acesso remoto ao software Petrel e a diversos aplicativos de petrofísica e engenharia de reservatórios. O ambiente cognitivo permite a interpretação e

modelagem geológica/geofísica dos reservatórios de todos os contratos de partilha, de modo colaborativo e a distância.

O próximo projeto da área de Tecnologia da Informação será o SIGAD (Sistema Integrado de Gestão Arquivística de Documentos), visando trazer rastreabilidade, confidencialidade e armazenamento seguro de todo os trâmites de documentos gerados na PPSA. Também estão nos objetivos da empresa: a adoção de solução Analytics, o uso de ferramentas de BI (*Business Intelligence*) e a implantação de um sistema ERP.



## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2020, foram realizadas 32 contratações, envolvendo um valor aproximado de R\$ 50 milhões. Entre as contratações mais significativas, destacamos: o *software* Petrel, na modalidade de subscrições do ambiente de computação em nuvem Delfi (R\$ 38,4 milhões); a prestação de serviços de suporte técnico para as atividades de gerenciamento de projetos e de engenharia (R\$ 5,1 milhões); a extensão de garantia Dell do Datacenter (R\$ 2,2 milhões); a prorrogação do contrato de auditoria de custo em óleo (R\$ 1,7 milhões), além de várias contratações visando preparar o escritório central para a retomada das atividades presenciais, tendo em vista as medidas para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Cabe destacar, também, o início do processo de licitação internacional LI. PPSA.001/2020, compreendendo a fase de consulta pública ao pré-edital. O objeto, já citado, é a contratação de agente para a comercialização do petróleo destinado à União proveniente da Área Individualizada de Tupi. A propriedade e a posse serão transferidas ao agente comercializador, na modalidade FOB, no FPSO de carregamento, para venda ao comprador final, com valor estimado em US\$ 217,7 milhões.

A maior parte dos nossos processos é feita por licitação, por meio do sistema Compras Governamentais, do Governo Federal. Para participar das licitações, todos os fornecedores devem garantir que: não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não trabalham com menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; não possuem em sua cadeia produtiva empregados executando trabalhos degradantes, forçados ou escravos; e cumprem a legislação sobre pessoas com deficiências físicas (acessibilidade).

Nossa atuação observa os parâmetros do Decreto 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Os fornecedores são obrigados a cumprir cláusulas específicas referentes à proteção ambiental, tais como: o uso de produtos biodegradáveis; os equipamentos que apresentem eficiência energética; a redução de consumo, de desperdícios; e menor poluição.

Todas as licitações abertas ou já realizadas podem ser encontradas em nosso site, acompanhadas da documentação relativa ao certame.

[Acesse a área de Licitações e Contratos](#) 

## Maiores contratações em valor

ITEM	R\$
Software Petrel, na modalidade de subscrições do ambiente de computação em nuvem Delfi	<b>38,4 M</b>
Suporte técnico para atividades de gerenciamento de projetos e de engenharia	<b>5,1 M</b>
Extensão de Garantia Dell do Datacenter	<b>2,2 M</b>
Prorrogação do contrato de auditoria de custo em óleo	<b>1,7 M</b>

## Quantidade de contratos celebrados

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>TOTAL LICITAÇÕES</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>25</b>	<b>72</b>	<b>32</b>

## Montante das contratações

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>TOTAL LICITAÇÕES</b>	<b>R\$ 15,6 MILHÕES</b>	<b>R\$ 562,4 MIL</b>	<b>R\$ 3,48 MILHÕES</b>	<b>R\$ 1,18 MILHÃO</b>	<b>R\$ 35,5 MILHÕES</b>	<b>R\$ 49,5 MILHÕES</b>	<b>R\$ 50 MILHÕES</b>



INFORMAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS,  
FINANCEIRAS E  
CONTÁBEIS

Em 2020, encerramos o exercício com R\$ 150,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa, o que representou um incremento de 45% em comparação a 2019, sendo esta rubrica representativa de 97% do total do ativo. No mesmo período, apresentamos receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União de R\$ 72 milhões. Adicionalmente, faturamos as parcelas pendentes do bônus de assinatura no montante total de R\$ 99,80 milhões, relativas à 5ª Rodada de Licitação em Regime de Partilha de Produção, no valor remanescente de R\$ 50,9 milhões; à 6ª Rodada, no valor de R\$ 29,7 milhões; e à Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, no valor de R\$ 19,2 milhões, não restando quaisquer valores em aberto relativos às parcelas do bônus de assinatura. Dessa forma, o faturamento anual bruto totalizou mais de R\$ 171,8 milhões. Esse total representa um crescimento de 51,86%, comparativamente ao exercício de 2019, quando a receita bruta foi de mais de R\$ 113,1 milhões.

## Faturamento anual Bruto



Ainda em 2020, apuramos um lucro líquido no exercício de mais de R\$ 55,8 milhões, representando um aumento de 60,28% quando comparado ao lucro líquido de 2019, no montante de mais de R\$ 34,8 milhões.

### Principais fatos contábeis:

Aplicamos, a partir de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após essa definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado, e no passivo com apropriação de encargos financeiros. Em 01/01/2019, reconhecemos a valor presente R\$ 7,8 milhões em direito de uso dos arrendamentos mercantis no ativo e no passivo, em virtude de a mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento. Tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido.

Os ativos de direito de uso apresentados no ativo não circulante representam, principalmente, os seguintes ativos subjacentes: aluguel de espaço físico (matriz e escritório central) e de equipamentos de informática. Os passivos de arrendamento mercantil estão sendo apresentados nos curto e longo prazos, em linha própria, nas demonstrações financeiras da companhia.

Durante o exercício de 2020, a demonstração de fluxo de caixa da companhia

foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 1,9 milhão. A taxa de juros dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 7,57% a.a. A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da empresa, e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas existentes nos contratos enquadrados.

Em 2020, foram assinados contratos de aquisição de *softwares* com os fornecedores internacionais RFD Rock Flow Dynamics Inc. e Geoquest Systems B.V. Os referidos contratos geraram um “contas a pagar” de longo prazo, pelo período de 58 e 48 meses, respectivamente, e compuseram um passivo na ordem de R\$ 22,4 milhões ao fim do ano passado.

O *software* fornecido pela RFD Rock Flow Dynamics Inc. (voltado para a simulação de reservatórios e de análise de incertezas integradas) e o *software* Petrel (fornecido pela Geoquest Systems B.V.) foram contratados na modalidade de processamento em nuvem, denominado Delfi, voltado para modelagem geológica e geofísica de reservatórios.

### **Avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros da PPSA:**

A companhia acumulou R\$ 7 milhões em receitas financeiras líquidas e recebeu aporte de capital de R\$ 2,4 milhões. O capital social da companhia, no valor total de R\$ 50 milhões e subscritos pelo acionista controlador, encontra-se 100% integralizado. O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais em 2020 foi de R\$ 66 milhões. Em razão do lucro operacional e do resultado financeiro líquido positivo, a companhia apurou lucro antes do Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro (CSLL) de R\$ 84,4 milhões, registrando provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro de mais de R\$ 28,5 milhões e um lucro líquido no exercício de 2020 de mais de R\$ 55,8 milhões, contribuindo positivamente para o equilíbrio das contas públicas.

### **Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da PPSA:**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A data de aprovação dessas demonstrações, para fins das normas de auditoria, é a primeira em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem tais demonstrações, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que essas pessoas (com autoridade reconhecida) assumiram a responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a competência prevista no artigo 22, letra “d” do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças (GCF) aprovou as demonstrações contábeis, com informações comparativas ao período anterior, em 02/03/2021. Essas demonstrações foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, registradas no balanço. A empresa registrou um lucro líquido de mais de R\$ 55,8 milhões no exercício findo em 31/12/2020; e, nessa data, o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 132 milhões.

A administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional. O julgamento significativo realizado pela administração é pautado na consolidação do marco regulatório do Regime de Partilha, com a promulgação da Lei nº 13.679/2018, que alterou as leis nº 12.304/2010 e 12.351/2010, e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos; e na carteira de contratos de partilha de produção, acordos de individualização da produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, sob gestão da companhia.

A elaboração das demonstrações financeiras é feita a partir de prestador terceirizado de serviços contábeis e fiscais. Esse prestador é o responsável técnico que assina essas demonstrações anuais da empresa. Toda movimentação desse tipo, reconciliada diariamente pela Gerência de Controle e Finanças, é enviada semanalmente para o prestador de serviços terceirizados, que processa todos os registros contábeis em seu ERP (*Enterprise Resource Planning* - Planejamento de Recursos Empresariais).

Para coordenar a atividade de fechamento contábil/fiscal mensal, a gerência de Controle e Finanças elabora o cronograma de fechamento mensal, que dispõe de prazos para execução de todas as rotinas de fechamento mensal da empresa e envia ao prestador de serviços, de forma a ter um planejamento e controle dos responsáveis e entregáveis, com prazos. Mensalmente, a GCF elabora relatórios para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, e procede

a alimentação dos dados contábeis realizados nos sistemas de informação do Ministério do Planejamento (Siest e Siop). A proposta de destinação de resultados está vinculada à Política de Distribuição de Dividendos da PPSA, que reflete as disposições constantes no Estatuto Social da empresa e na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

A gerência de Controle e Finanças é composta por um gerente, um assessor especial de Tesouraria e uma assessora especial de Contabilidade. As competências estão descritas no artigo 22 do Regimento Interno da PPSA.



### **Demonstrações Contábeis e relatório de auditoria externa**

### Usos dos recursos:

Do Programa de Dispêndios Globais de 2020, aprovado pelo Decreto nº 10.168 de 10/12/2019, foram realizadas 89% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 181,3 milhões. Desse total, 95% são receitas operacionais; 1%, aportes de capital do controlador; e 4%, receitas não operacionais. No que tange aos usos de recursos, foram realizados 72% dos usos de recursos planejados, perfazendo R\$ 140,7 milhões. Desse total, 38% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 31%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 19%, correlatos a dispêndios de capital; e 10%, a despesas com serviços de terceiros. Outros 3% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.

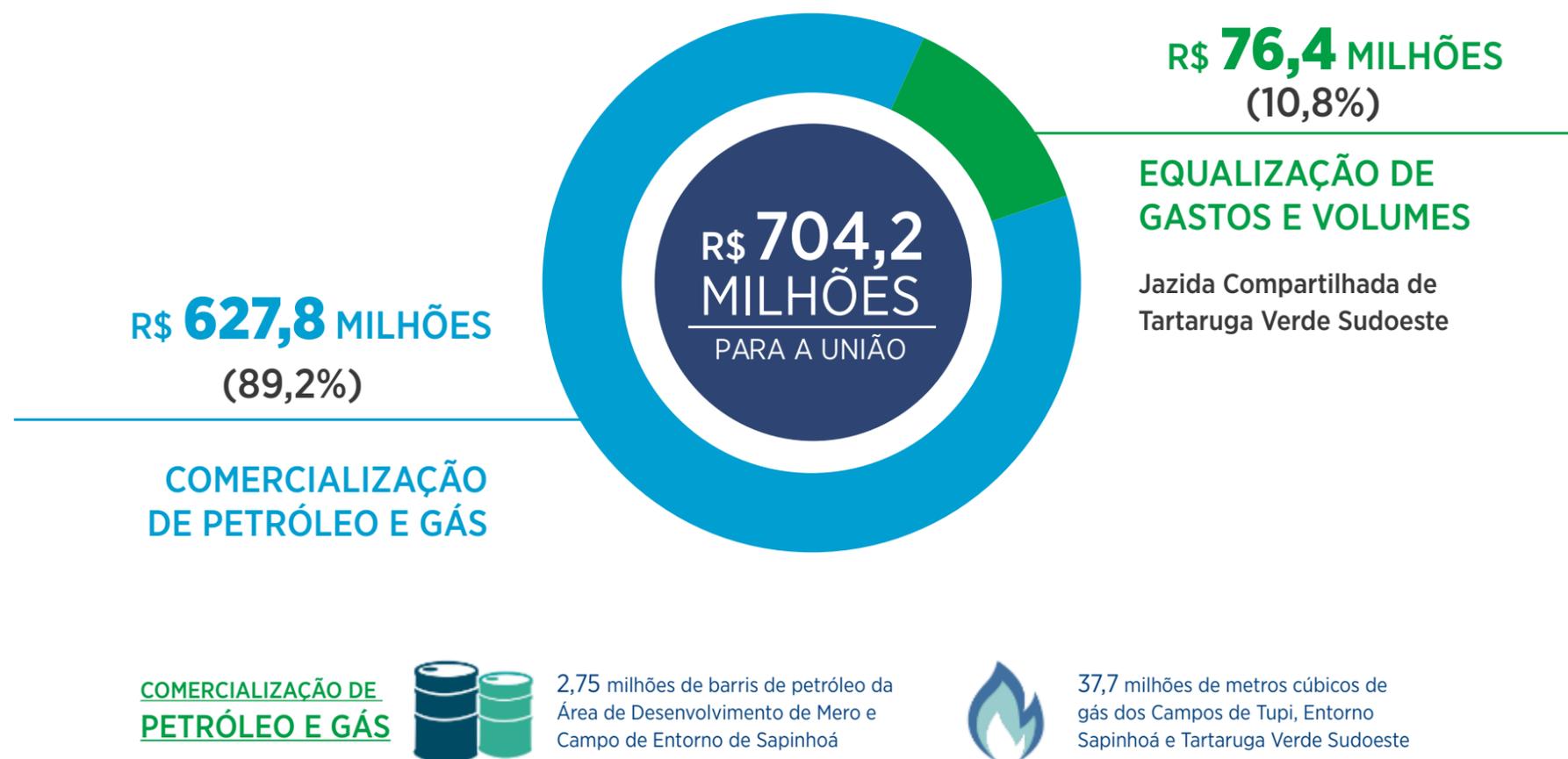
## USO DOS RECURSOS



**Receitas para a União:**

A PPSA arrecadou mais de R\$ 704,2 milhões para a União em 2020. Desse total, 89%, correspondentes a R\$ 627,8 milhões, foram referentes à comercialização da parcela de petróleo e gás da União sob gestão da companhia. Esse resultado, quando comparado ao de 2019, é superior em 33,75%; e, se comparado ao de 2018, quando a empresa iniciou essa atividade, é superior em 108%.

Os 11% restantes, correspondentes a R\$ 76,4 milhões, foram arrecadados por meio de um acordo de EGV assinado entre a PPSA e a Petrobras em junho de 2020, referente à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no Campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, objeto de contrato de partilha de produção assinado em 17 de dezembro de 2018.

**ARRECADADAÇÃO 2020**

# PPSA EM NÚMEROS

**17**  
contratos de partilha  
de produção  
sob gestão da PPSA



\*produção de petróleo

\*\*produção de gás

Área de Desenvolvimento de Mero (Libra)\*, Entorno de Sapinhoá\*\* e Sudoeste de Tartaruga Verde\*\*

**8** acordos de individualização da produção assinados



**12** acordos em avaliação

## Produção em regime de partilha em 2020

### ÓLEO

**16,3** milhões de barris (produção total)

**2,8** milhões de barris de óleo lucro da União

### GÁS

**89,7** milhões em m<sup>3</sup> de gás natural escoado para comercialização (produção total)

**32,2** milhões em m<sup>3</sup> de gás lucro da União

## Arrecadação para a União em 2020

COMERCIALIZAÇÃO  
R\$ 627,8 milhões



EQUALIZAÇÃO DE GASTOS E VOLUMES  
R\$ 76,4 milhões



**Pré-sal** Petróleo

[www.presalpetroleo.gov.br](http://www.presalpetroleo.gov.br)